

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE --

----- ATA NÚMERO DOIS -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e treze reuniu nas suas instalações sitas na Rua Conde de Armoso, número cinco B, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por José Alberto da Conceição Reis, Primeiro Secretário, e por Margarida Alexandra do Nascimento Afonso, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** -- Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda e Mário Rui Peixoto dos Reis Costa. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** -- Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Maria Manuela da Silva Correia de Brito e Nunes dos Santos, Francisco Luís Ferreira Bento e Maria Manuela Roque Rodrigues Barros Maia. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** -- Pedro Miguel Gomes Bastos e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Nuno Beirante Domingues. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Armando Dias Estácio, que justificou a sua ausência e foi substituído pela Membro Maria Manuela Maia. -----

----- Às vinte e uma horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- Seguidamente, após comprovar a sua identidade e legitimidade, deu posse como Membro da Assembleia de Freguesia de Alvalade a Maria Manuela da Silva Correia de Brito e Nunes dos Santos. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguesa Isabel Gomes** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite. -----

----- *Eu sou residente ao fundo da Travessa Henrique Cardoso. Nós tínhamos um prédio que estava a degradar-se há alguns anos, foi finalmente deitado abaixo e está terraplanado o local onde estava o edifício. Eu gostaria de saber o que é que vai acontecer ali, porque gradearam a zona, o que me faz prever que provavelmente tem um dono.* -----

----- *A Rua Infante Dom Pedro, que começa no Hotel Roma e depois tem aquele espaço que agora está terraplanado, divide o resto da Rua Infante Dom Pedro, onde existem os lotes e que são mais antigos do que esta primeira fase.* -----

----- *Portanto, eu gostaria de saber se isto vai ter ligação, se nós finalmente vamos ficar ligados, e se os lotes finalmente vão ter número de polícia.* -----

----- *A ciclovia, gostava de saber se ela vai efetivamente passar por aquele local, Travessa Henrique Cardoso e Rua Infante Dom Pedro, ou se foi alguma coisa modificada, porque me parece que deixou de haver um local de passagem.* -----

----- *Eram estas duas perguntas que deixava. Não sei se a Assembleia pode saber através da Câmara como é que vai ser isto.”* -----

----- **Freguês José Guerreiro fez a seguinte intervenção:** -----

----- "Sou também residente na Freguesia de Alvalade e queria pôr uma questão que se calhar é estranha aqui a muita gente, mas a mim não é, que é o problema dos sobreiros que existem aqui e eu não sei se existem mais na Freguesia, mas devem existir no Jardim do Campo Grande.-----

----- O que mais me chocou foram os sobreiros que já estão a ficar velhotes no Parque José Gomes Ferreira. Ultimamente tenho visitado aquele espaço, que é lindo, embora devesse estar melhor cuidado. Andam lá obras, mas os sobreiros, que era isso que me trazia aqui, nunca foi tirada a cortiça a nenhum sobreiro.-----

----- Os sobreiros têm aquela primeira cortiça virgem, que é menos valiosa e que sendo tirada, ao fim de nove anos temos cortiça que já não é virgem, que é a tal mais valiosa que já dá para fazer rolhas e outras coisas.-----

----- Quando a árvore chega a uma certa idade e não lhe é retirada aquela cortiça virgem, não se sente bem porque acumula bichos que ali estão bem, não recebem chuva.-----

----- Há tiradores de cortiça e era mais bonito e higiénico tratar daqueles sobreiros, especialmente aqueles que estão a ficar já velhos. Aos mais jovens também se pode tirar, às vezes começa-se a tirar um bocadinho por baixo e, conforme vão crescendo, vai-se tirando um bocadinho mais acima.-----

----- Era esta a questão e se for possível, alguém da Junta de Alvalade que perceba de sobreiros tratar dos indivíduos aqui do Parque e outros que há na Freguesia."-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que lhe competia responder, na medida das possibilidades da Junta de Freguesia, às duas questões colocadas.-----

----- Esclareceu que, tanto quanto se sabia do projeto de requalificação, tratava-se de uma ligação viária entre a Travessa Henrique Cardoso e a Rua Infante Dom Pedro e uma continuidade da ligação pedonal à Rua de Entrecampos, com ciclovia que depois continuaria. Parte desse projeto ainda estava em discussão nos seus pormenores e, portanto, ainda não estava completamente encerrado.-----

----- A demolição do prédio tinha tardado porque ele fora sucessivamente sendo ocupado. Havia litígios com alguns residentes do prédio original e depois acabara por ser ocupado abusivamente por utilizadores.-----

----- Entretanto conseguira-se a demolição, mas o projeto ainda não estava em termos que se pudesse concluir para avançar em obra.-----

----- Referiu que haveria também uma requalificação da travessia da linha férrea, para permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida à travessia naquela zona. Fazia a ligação ao fundo da rua do Hotel Roma, que se fosse em frente conseguia-se ir até à Rua de Entrecampos, mas não se conseguia porque tinha aquele estaleiro e o prédio entretanto demolido.-----

----- Quanto ao problema dos sobreiros, era uma questão interessante. Não lhe parecia que houvesse sobreiros no Jardim do Campo Grande mas, quanto aos outros sobreiros, a Junta não tinha diretamente competência sobre eles, nem teria no contexto da reorganização administrativa da cidade. Era um dos espaços estruturantes para a cidade cuja manutenção não transitaria para a Junta de Freguesia.-----

----- Todavia, a Junta iria encaminhar a questão colocada à Divisão de Jardins da CML, com a perspetiva de que pudesse haver uma intervenção para dar melhor saúde a essas árvores.-----

----- Agradeceu as questões colocadas, logicamente pertinentes, que no quadro das competências da Junta seriam encaminhadas devidamente, de forma a permitir um aprofundamento das mesmas.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----VOTO DE PESAR-----

---- “A Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 26 de dezembro de 2013, delibera um sentido voto de pesar pelo súbito falecimento, em circunstâncias trágicas, da Exma. Senhora D. Clementina Monteiro, ilustre fundadora do Grupo de Teatro Proscénio, que há longo tempo vinha colaborando com a extinta Freguesia de São João de Brito e, recentemente, com a Freguesia de Alvalade. -----

---- À família e aos amigos, apresentam-se as mais sentidas condolências.” -----

---- (Subscrito por todas as forças políticas)-----

---- **O Senhor Presidente** referiu que não valia a pena fazer a votação porque era subscrito por todas as forças políticas e, portanto, estava **aprovado por unanimidade**.

---- **Membro Aquino Noronha (PCP)** disse que, partindo do princípio que as moções deviam ser apresentadas com alguma antecedência, assim o tinham feito. Aliás, era um dos pontos que iriam discutir aquando da discussão do Regimento, a antecedência com que deviam ser entregues as moções. A do PCP tinha sido entregue atempadamente, mas por razões que calculava serem logísticas, nem todos os grupos políticos tinham tido conhecimento. -----

---- Seguidamente, leu a moção apresentada: -----

-----MOÇÃO-----

---- “Considerando:-----

---- 1. O acordo entre o PS e o PSD para a Reorganização Administrativa de Lisboa não teve em devida conta o interesse da população, o cuidado de preservar a história, a realidade dos bairros, as perspectivas de crescimento da cidade previstas no PDM mas apenas a distribuição, entre eles, do poder na cidade; -----

---- 2. A aprovação pela maioria PS/PSD/CDS na Assembleia da República, da Reorganização Administrativa de Lisboa, que aponta para o início de 2014 a concretização de significativas transformações na organização e funcionamento de serviços públicos essenciais, prestados até à data, pelo Município de Lisboa;-----

---- 3. O embuste que a Lei 56/2012 configura, na medida em que as alterações que vai introduzir trarão muitos problemas aos munícipes, que verão ficar mais distantes dos meios indispensáveis para responder às suas necessidades e ser reduzida a sua possibilidade de recorrerem aos eleitos das freguesias, que por seu lado, são obrigados a assumir responsabilidades que só vereadores a tempo inteiro poderiam assumir; ----

---- 4. A delegação de competências nos moldes previstos na Lei 56/2012 percebe-se, de uma forma clara, que esta situação não só não resolverá os grandes problemas que se colocam às Juntas de Freguesia, como ainda vai provocar uma profunda desorganização dos serviços do Município, com a transferência de alguns sectores para a responsabilidade das freguesias, diminuindo-se assim os índices de eficiência, optimização de recursos e de ganhos em economias de escala que o facto de estarem integrados no Município lhes conferia. Os sectores cujos serviços serão objecto de transferência para a responsabilidade das freguesias, vão ficar completamente divididos e sem capacidade para dar resposta, por exemplo, a grandes calamidades, como sucedeu no inverno passado em Lisboa, em que os serviços de protecção civil municipal resolveram rapidamente todos os problemas que então surgiram; -----

---- 5. A transferência de recursos humanos dos diversos serviços do município para as freguesias, que resulta da Lei 56/2012 e que grande parte dos trabalhadores não aceita e até recusa, irá igualmente pôr em risco a capacidade de intervenção dos trabalhadores, com consequências ao nível da gestão e direcção dos serviços das Juntas de Freguesias, mas também ao nível da perda de alguns dos seus direitos; ----

---- 6. A alteração de todo o edifício do Poder Local Democrático, que a Lei 56/2012 veio provocar, com a extinção de Freguesias na cidade de Lisboa, a alteração das

competências das Freguesias e das regras de financiamento, tudo junto, terá como consequência uma diminuição da qualidade dos serviços públicos prestados e o afastamento das populações dos órgãos eleitos; -----

----- Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Alvalade repudiam toda esta nova situação e apelam aos eleitos de todas as forças políticas para que estejam atentos às novas responsabilidades e para que denunciem, junto das populações, todo o processo em curso e suas consequências. Nesse sentido, os eleitos do PCP propõem que Assembleia de Freguesia de Alvalade delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua oposição à Delegação de Competências que está a ser promovida sem uma ampla e participada discussão com todas as partes integrantes do processo sobre quais os sectores que devem ficar sob a égide da CML e aqueles que deverão transitar para a Freguesia, como previsto no art.º 13º da lei em apreço; -----

----- 2. Exigir que o processo não se concretize de imediato para evitar a desorganização de sectores municipais estratégicos como Limpeza Urbana, Espaços Verdes, Mobilidade, Educação, Desporto, Acção Social, entre outros, e a consequente diminuição da qualidade do serviço público prestado às populações; -----

----- 3. Remeter a presente moção para: -----

----- Presidente da CML; -----

----- Vereadores da CML; -----

----- Presidente da AML; -----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

----- Grupos Parlamentares da AML -----

----- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local; -----

----- Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa; -----

----- Órgãos da Comunicação Social. -----

----- Os eleitos do PCP na AF de Alvalade" -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que tinham uma saudável divergência democrática, mas o PS não podia ser contra essa reorganização, que, ao contrário do que estava na moção, permitia uma melhor utilização dos dinheiros públicos e permitia que a Junta de Freguesia, que estava mais perto dos cidadãos e melhor identificava os problemas, pudesse ter recursos para o fazer, ganhando com isso mais capacidade. -----

----- Quanto às garantias dos trabalhadores, já tinha sido assegurado que se mantinha o posto de trabalho na Câmara Municipal de Lisboa. Numa situação em que a Junta de Freguesia deixasse de precisar desses recursos, eles ocupariam o seu posto na Câmara.

----- Dessa forma o PS, numa situação de votação, votaria contra. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que em relação à moção partilhava de algumas preocupações, não partilhando de toda a desconfiança perante a delegação de competências que essa reforma administrativa trazia. Tinha sido subscrita pelo seu Partido e na altura até fazia parte da Assembleia Municipal, tendo tido oportunidade de a discutir em profundidade. Aliás, era defensora de que essa delegação de competências podia trazer uma mais eficaz resposta aos fregueses e aos lisboetas. -----

----- Era com estranheza que via a moção, porque aquilo que era apresentado pelo Senhor Presidente André Caldas, já com o cenário da reforma administrativa, era um Orçamento e um plano de trabalhos com base nessa reforma administrativa. Aliás, o Senhor Presidente até tinha ido mais além e já dava quase como consumada a delegação de competências, nomeadamente na transferência de funcionários. -----

----- Das informações que tinha, algumas Juntas de Freguesia já tinham demonstrado alguma preocupação com a celeridade com que as coisas estavam a ser feitas, exatamente com a preocupação do interesse e da resposta que os lisboetas pudessem ter

nessa fase de transferência, que se não fosse muito bem feita havia um período em que estavam em terra de ninguém.-----

----- Sabendo-se de antemão, e estando o PCP representado no Executivo da Junta, que partia desses pressupostos para fazer o seu plano de trabalho para o próximo ano, ficava um pouco surpresa com a moção.-----

----- **Membro Nuno Domingues (BE)** começou por saudar todos os presentes e disse que o BE votaria contra a moção, na medida em que desde que se lembrava da existência do BE e estava-se a lembrar de uma proposta feita na campanha liderada pelo Miguel Portas, na altura propusera-se a reorganização da Cidade de Lisboa a exemplo do que já tinha sido iniciado em Barcelona, propunha-se uma reorganização a dez ou doze zonas.-----

----- O que o BE não concordava era com uma reorganização que tinha como um dos resultados a limitação da democracia. Verificava-se que as forças minoritárias estavam pior representadas e esse era o argumento fundamental para o BE dizer que não concordava com essa reorganização.-----

----- Nos termos em que tinha sido apresentada a moção na Assembleia pelo Membro do PCP, o BE não a subscrevia e iria votar contra.-----

----- **Membro Aquino Noronha (PCP)** observou que a moção tinha sido lida por si mas era uma moção do PCP.-----

----- Quanto à questão levantada pela Membro Mariana Teixeira, disse que na devida hora, quando fosse a votação do Orçamento, o PCP pronunciar-se-ia.-----

----- No que respeitava à moção, o PCP sempre tinha defendido que quanto mais próximos estivessem os eleitos dos eleitores, melhor seria o serviço prestado. O PCP também sempre fora a favor de uma reorganização administrativa da cidade. O que o PCP contestava era a reorganização que se fizera e a forma como tinha sido feita.-----

----- Já tivera ocasião de dizer noutros fóruns e repetia que a reorganização fora o "Tratado de Tordesilhas" entre o PS e o PSD para afastar do governo de algumas Freguesias o PCP. Tinha sido feito à pressa e via-se, porque desde que a comissão instaladora tomara posse tinha havido uma reunião e nada se fizera.-----

----- A descentralização tinha sido feita de uma forma atrapalhada, pouco clara, apressada e muitos problemas não tinham sido resolvidos. Desde logo a questão dos trabalhadores. O Presidente da Câmara tinha prometido que mantinham o vínculo, mas a pergunta que fazia era se por qualquer razão tivessem que voltar, se seria aplicada a Lei da Mobilidade, ou o que lhes aconteceria ao fim de um ano. Nada disso estava garantido.-----

----- Até em relação aos serviços sociais, o trabalhador participava com uma parte para os serviços sociais da Câmara e se a Junta, que tinha os seus órgãos, que tinha autonomia, se não participasse, não se sabia o que iria acontecer. Assim como a questão dos jardins e das piscinas, em que algumas Freguesias não tinham esses equipamentos, não se sabia o que iriam pagar.-----

----- Tudo isso era atabalhoado e era nesse sentido que o PCP apresentava a moção, queria marcar a sua posição política e não abdicava dela. Sabia-se à partida que a grande maioria dos Membros da Assembleia de Freguesia não a iriam votar, mas o PCP, apesar de fazer parte do Executivo, não deixaria de manter a sua autonomia e independência.

----- Disse que, mesmo vindo a moção a ser rejeitada, esperava que não houvesse inconveniente em que o PCP fizesse chegar a moção às entidades que enumerara.-----

----- **O Senhor Presidente** referiu que o PCP, enquanto PCP, estava no seu direito de fazer chegar aos órgãos que entendesse.-----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção apresentada pelo PCP sobre a reforma administrativa de Lisboa**, tendo a

Assembleia deliberado **rejeitar**, com nove votos contra, dois votos a favor e sete abstenções. -----

----- **MOÇÃO** -----

----- *“Contra o encerramento do cinema King* -----

----- *Considerando que:* -----

----- *1. o Cinema King, sucedendo ao Cinema Vox, foi um espaço cultural que continuou uma tradição cinéfila do Bairro de Alvalade, provinda da década de 60; ---*

----- *2. muitos habitantes da freguesia de Alvalade no final da década de 90 e no início do século XXI eram utilizadores assíduos do cinema King; -----*

----- *3. o Cinema King foi um espaço de divulgação da cultura e do cinema profundamente marcante; -----*

----- *4. o Cinema King contribuiu intensamente para a divulgação de filmes europeus de autor, o chamado cinema independente fora do circuito mainstream; -----*

----- *5. o Cinema King proporcionou aos seus frequentadores um outro conhecimento do mundo e da sua alteridade através das histórias que eram vistas nas telas do cinema, ensinando o respeito pela diferença e pelo outro; -----*

----- *A Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 26 de dezembro de 2013, delibera: -----*

----- *1. Lamentar o encerramento do cinema King; -----*

----- *2. Condenar a inevitabilidade de tal encerramento, fruto de uma nefasta política de arrendamento determinada pelo atual Executivo governamental, que contribuiu assim para extinguir um dos ex-libris da vida cultural do Bairro de Alvalade e da cidade de Lisboa; -----*

----- *3. Dar desta Moção conhecimento ao Secretário de Estado da Cultura, à Vereadora da Cultura da CML, à Presidente da 7.ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, aos órgãos da comunicação social e à Medeia Filmes.” -----*

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que participava do lamento em relação ao encerramento do Cinema King, de que também era frequentadora. Era uma fã do ar que se respirava no Cinema King e do cinema alternativo que lá passava. -----

----- No entanto, não podia votar a favor da moção, na medida em que ela imputava a total responsabilidade do encerramento do Cinema King à nova Lei das Rendas. Como pessoa atenta que era também ao cinema e à indústria do cinema, sabia que a quebra de audiência dos cinemas ultrapassava os 30% e o que ainda tinha segurado um pouco a visita das pessoas aos cinemas eram os *blockbusters*, que não era aquilo que passava no Cinema King. Tudo o que era cinema alternativo estava fora. -----

----- Atribuía o encerramento do Cinema King ao decréscimo que o cinema vinha tendo, até porque atualmente existiam soluções de visionamento de cinema alternativas e que não existiam até então, nomeadamente o vídeo *on demand*, que tinha uma atualidade enorme em relação àquilo que passava no cinema. -----

----- Infelizmente não poderia subscrever a moção, devido ao único considerando que estava como justificação ao encerramento do Cinema King. -----

----- **Membro Aquino Noronha (PCP)** referiu que os proponentes tinham lido as suas moções, mas não estava habituado a que fossem os proponentes a fazê-lo, normalmente costumava ser a Mesa. Era a primeira reunião e estavam a acertar agulhas, era desculpável, mas era sua sugestão que no futuro fosse a própria Mesa a ler as moções. -----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação por pontos a **Moção “Contra o Encerramento do Cinema King”**, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Aprovar o ponto 1, por unanimidade;** -----

----- **Aprovar o ponto 2, por maioria, com onze votos a favor e oito abstenções;** -----

----- **Aprovar o ponto 3, por maioria**, com onze votos a favor e oito abstenções.-----

-----APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO UM-----

----- **O Senhor Presidente** referiu que havia uma proposta de aditamento, na sequência de um reparo feito por uma formação política. Propunha-se aditar entre o primeiro e o segundo parágrafo o seguinte texto:-----

----- *“Para além do Presidente eleito, André Moz Caldas, estavam presentes:-----*

----- *Do Partido Socialista: Luís Nazaré, Ana Cláudia Oliveira, Igor Roçadas, Margarida Afonso, Rosa Lourenço, José Ferreira e Joana Medeiro;-----*

----- *Do Partido Social Democrata: Mariana Teixeira, Armando Estácio, Valdemar Salgado, Diogo Bastos, Joaquim Fernandes Marques e Francisco Bento;-----*

----- *Do Centro Democrático Social/Partido Popular: José Correia;-----*

----- *Da Coligação Democrática Unitária – Cláudia Cláudio e Ricardo Varela;-----*

----- *Do Bloco de Esquerda: Nuno Beirante Domingues.”-----*

----- Seguidamente, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 1**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com dezoito votos a favor e uma abstenção.-----

-----ORDEM DO DIA-----

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação das propostas de Regimento da Assembleia de Freguesia;**-----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que, em relação ao Regimento, era uma proposta apresentada pela Mesa, o Regimento emanava do órgão a que dizia respeito. Do que pudera ver, a base era o Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, de cuja comissão tinha sido Presidente e o alerta que fazia era o seguinte:-----

----- Normalmente, como já dissera, os regimentos de assembleias emanavam do órgão a que diziam respeito e de um grupo de trabalho onde estavam representadas todas as forças políticas.-----

----- Corria-se o risco de tornar a Assembleia de Freguesia num grupo de trabalho que se iria arrastar a analisar minuciosamente ponto por ponto. Pelo que vira, havia dez ou quinze propostas de alteração, o que era impensável.-----

----- Uma vez que a próxima Assembleia ordinária seria em abril e não estavam órfãos de Regimento, o Senhor Presidente com o bom senso que lhe era característico poderia ir recorrendo à Lei geral para continuar a reger a Assembleia de Freguesia. O que propunha era que até à próxima Assembleia surgisse um grupo de trabalho com representantes de todas as forças políticas e que na próxima Assembleia apresentasse um texto já concertado para votação final, sob pena da presente reunião se arrastar sem necessidade.-----

----- Era uma proposta que deixava. Podia dizer que a anterior Assembleia de Freguesia de São João de Brito nem sequer tinha Regimento e o bom senso regia. Se pudessem esperar mais algum tempo para apresentar uma proposta consolidada e concreta, parecia-lhe melhor.-----

----- Havia ainda outra razão, porque sendo o primeiro Regimento da nova Freguesia, convinha que quando fosse votado estivesse consubstanciado. Havia alguns lapsos que precisavam de ser retificados e, tendo em conta a dignidade do órgão, era um apelo que fazia a todas as forças políticas, para se formar um grupo de trabalho. Parecia-lhe que no máximo em duas reuniões poderiam fechar o texto final.-----

----- **O Senhor Presidente** disse que não via nada contra. A iniciativa tinha sido de facto da Mesa, para apresentar um Regimento que fosse prático e simples e que não repetisse normas que se encontravam na legislação geral. Muitas vezes essa era a tendência, repetir exaustivamente aquilo que já constava da legislação geral e que, no entender da Mesa, não valia a pena. Fora esse o espírito que os animara.-----

----- Era o seu lado prático, gostava das coisas simples e rápidas, mas não tinha nada contra a proposta, que era sensata. -----

----- Se houvesse só uma ou outra alteração pontual ao projeto apresentado, poder-se-ia resolver a situação rapidamente na própria Assembleia, mas com dez ou quinze alterações, aí estava perfeitamente de acordo que não havia espaço para isso. -----

----- Iriam então constituir um grupo de trabalho, de forma a que na próxima Assembleia o Regimento pudesse ser aprovado. Até lá viveriam com as disposições gerais e com o bom senso da Mesa. -----

----- RECOMENDAÇÃO-----

----- *“Que seja constituído um grupo de trabalho integrando as diferentes formações políticas, para que se passe em revista o projeto de Regimento apresentado pela Mesa e que, desejavelmente, ele venha à próxima sessão da Assembleia de Freguesia para ser aprovado.”* -----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Recomendação**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com catorze votos a favor e cinco abstenções. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, a que alude a alínea e) do nº2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;** -----

----- **Membro José Correia (CDS-PP)** disse que só tinha recebido a proposta no dia da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que o prazo só contava para distribuição ao Presidente da Assembleia de Freguesia e esse prazo de cinco dias tinha sido rigorosamente cumprido. Não havia um prazo para a distribuição da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia aos Membros da Assembleia e, mesmo que houvesse, não havia qualquer cominação da falta de cumprimento de qualquer prazo. Mesmo que existisse e tivesse sido incumprido, não trazia nenhuma consequência. -----

----- Uma vez que os Membros da Assembleia não tinham tido oportunidade de analisar com o devido detalhe, em respeito pela Assembleia de Freguesia faria uma apresentação um pouco mais detalhada do que era feita no passado, no conjunto das Freguesias que se fundiram, onde por vezes nem existia sequer, ou era dispensada a sua leitura. -----

----- A Informação Escrita estava dividida em três partes. Uma era meramente ilustrativa das intervenções no espaço público. As outras duas, numa primeira parte representavam o conjunto de reuniões havidas entre o Executivo da Junta de Freguesia e um conjunto de organizações e parceiros. Era especialmente abundante no início do mandato, até porque muitas delas se dedicavam à prestação de cumprimentos, ao conhecimento das organizações, ao início de uma relação de colaboração. Também se referia à presença de Membros do Executivo num conjunto de iniciativas. -----

----- A segunda parte representava uma relação das atividades que, por sua exclusiva iniciativa ou em parceria com outras organizações, a Junta de Freguesia desenvolvera nos últimos dois meses, a par da preparação dos instrumentos de gestão que iam à Assembleia de Freguesia e a par de um procedimento de fusão das Freguesias, por parecer fundamental proceder ao apuramento que era feito de um conjunto muito amplo de meios e competências da CML na Junta de Freguesia de Alvalade, como noutras da cidade. -----

----- Havia que salientar a vontade que o Executivo desde logo expressara, de não permitir que um processo de reorganização administrativa, como o que se estava a viver na cidade, implicasse um qualquer aligeiramento do contacto entre as populações, as forças vivas da Freguesia e a Junta, a que estavam habituados. Acima de tudo, que não implicasse qualquer espécie de atraso ou paralisação do funcionamento normal da Junta

de Freguesia e do cumprimento de expectativas que os fregueses das extintas Juntas do Campo Grande, São João de Brito e Alvalade tinham de atividades, em especial numa época do ano que era especialmente rica em iniciativas. -----

----- Para além da satisfação daquilo que eram expectativas habituais nas populações, havia algumas novidades na abordagem que o Executivo pretendia implementar. Nesse domínio estava o estímulo à economia, que no contexto de Alvalade era particularmente centrada na atividade comercial. Era uma vontade firme do Executivo da Junta de Freguesia procurar que houvesse condições para que os comerciantes pudessem desenvolver atividades, a maior parte delas da sua responsabilidade e a que a Freguesia dava o apoio onde pudesse, designadamente no licenciamento dos espaços públicos. --

----- Nesse contexto também tinha havido iniciativas de exclusiva organização da Junta de Freguesia, como era o caso do “Alvalade Ciclável”. -----

----- Com a Informação apresentada podiam os Membros da Assembleia de Freguesia e o público, que a veria divulgada nos suportes comunicacionais que se viessem a criar, ter uma ideia daquilo que fora, de uma forma muito transparente, a atividade da Junta de Freguesia em apenas dois meses. -----

----- Era certo que algumas atividades já eram tradicionais dos anteriores Executivos das Juntas de Freguesia, porque a inteligência democrática e a seriedade levavam a sustentar que a mudança de uma liderança política numa Junta de Freguesia não tinha necessariamente que representar uma rotura ou uma rejeição com o passado. De tal sorte que nalguns casos em concreto tinha sido decisão expressa pelo Executivo da Junta de Freguesia manter a numeração das iniciativas. Dava como exemplo o concurso de presépios, que tradicionalmente era organizado pela Junta de Freguesia de São João de Brito e que, embora fosse o primeiro ano da nova Freguesia de Alvalade, tomara o número de décimo terceiro, com respeito à tradição que se vinha, e bem, fazendo. Encontrava-se patente no átrio do edifício da Rua Conde de Arnos, para que todos pudessem ver. -----

----- Em certo momento havia a convicção de que já não haveria tempo para a organização de um concurso de presépios, mas a Junta de Freguesia encetara um esforço importante no sentido de viabilizar mais uma edição e trazer alguma novidade, nomeadamente a apresentação desses presépios em bancas devolutas do Mercado de Alvalade, para que não só a população que visitasse o edifício da Rua Conde de Arnos, como toda a população que visitasse o Mercado de Alvalade pudesse contactar com o concurso de presépios. O concurso contara, como era normal num contexto de alargamento da Freguesia, com um número maior de participações do que era habitual, em virtude de terem sido envolvidas mais escolas no contexto do novo território da Freguesia de Alvalade. -----

----- Sem falsas modéstias, tinha a sã consciência de que o trabalho nos últimos dois meses deixava o Executivo não só de consciência tranquila, como verdadeiramente orgulhoso do esforço encetado para, com o mesmo nível de recursos humanos das anteriores Freguesias, ter conseguido edificar os pilares da fusão das três Freguesias que em si já não eram pequenas. Acima de tudo, ter começado a dar os passos necessários para que se a 1 de janeiro de 2014 estivesse pronta a transferência dos funcionários da CML para a Junta de Freguesia de Alvalade, que esse acolhimento fosse feito sem perturbações de maior, para além das perturbações que eram óbvias numa reforma administrativa da qual não havia nenhuma experiência no território nacional. -----

----- Havia a experiência de desagregação de Freguesias no passado, mas essa era a primeira experiência de criação de Freguesias e era evidente que todos os protagonistas políticos, em especial os autarcas mas também os cidadãos de Lisboa, estavam a aprender a cada passo como se fazia uma fusão. Aliás, em toda a administração pública

portuguesa, não eram tão abundantes quanto isso os exemplos de agregação. Vivia-se também no território da Freguesia uma agregação da Universidade de Lisboa com a Universidade Técnica de Lisboa, que também gozava das dificuldades próprias de uma agregação desse género, e vivia-se o mesmo fenómeno no contexto das Freguesias da Cidade de Lisboa. -----

---- Disse que a Junta de Freguesia de Alvalade não recusava a necessidade de percorrer esse caminho sem paralisar aquilo que era uma transformação, independentemente das reservas que num outro aspeto se suscitassem, porque em cada detalhe encontravam-se posições diversas em relação às matérias da reorganização administrativa. Não temia essa reorganização administrativa, no sentido em que estavam preparados para que ela se fizesse. Os instrumentos de gestão previsional já estavam aptos a que essa transformação se concretizasse. -----

---- Era disso que a Junta de Freguesia, em apenas dois meses de mandato, se estivera a ocupar. -----

---- O que apresentava não era uma proposta, não merecia qualquer votação. Merecia apenas por parte dos Membros da Assembleia de Freguesia uma apreciação e, portanto, não havia qualquer necessidade de colocar as questões nos termos que tinham sido colocados na discussão inicial. Como democrata estava sempre preparado para acolher qualquer crítica e no contexto que atualmente se vivia a maior parte dessas críticas porventura até seriam justas, embora do outro lado estivessem condutas porventura também justificadas, mas não se pedia, até porque a Lei não o previa, o sufrágio de ninguém a um documento dessa natureza. Era um documento de prestação de contas, criticável como qualquer outro em democracia, mas não era mais do que isso. -----

---- **Membro Nuno Domingues (BE)** disse que de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, a Informação Escrita devia ser acompanhada pela situação financeira da Freguesia. Perguntou se iriam respeitar integralmente essa norma. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que era de facto o conteúdo da norma, que a Informação Escrita fosse acompanhada da informação financeira. Todavia, todas as informações sobre a execução orçamental obrigavam à precedência da existência de um Orçamento. O próprio sistema informático de controlo da execução orçamental da Junta de Freguesia só podia começar a ser tratado depois dos instrumentos de gestão previsional estarem aprovados pela Assembleia de Freguesia. -----

---- Não era materialmente possível apresentar-se uma execução orçamental pré-existente a um Orçamento que ainda não tinha sido aprovado. De todo o modo, o período da execução orçamental não era diferente do período a que a Lei n.º 81/2013, de 6 de dezembro, obrigava à prestação de contas em abril. A informação financeira que havia de ir à Assembleia de Freguesia na presente sessão só era em cinco dias diferente daquela que seria a conta que entre 29 de setembro, data das eleições autárquicas, e 31 de dezembro, era responsabilidade da Junta de Freguesia apresentar. -----

---- A reflexão do Executivo tinha sido que por um lado não era possível obter a informação financeira sem o Orçamento aprovado e, por outro, que não era especialmente útil, uma vez que era um documento que se sobrepunha a outro que seria apreciado na próxima Assembleia de Freguesia. -----

---- Na próxima Assembleia de Freguesia já seria possível apreciar uma informação da execução orçamental do primeiro trimestre de 2014. Esperava-se que na presente sessão fosse aprovado o Orçamento, essa informação fosse carregada em sistema informaticamente e depois a execução acompanhada com o lançamento dos pertinentes compromissos. -----

----- Era o esclarecimento possível de prestar nessa matéria. Não havia outra forma de fazer isso, a não ser porventura divulgar extratos bancários com existências financeiras da Junta. Podiam falar sobre isso e tinha uma ideia bastante clara sobre esse assunto. --

----- Havia um entendimento de algumas das Juntas de Freguesia participantes da fusão no passado que essa informação financeira só era aplicada nos momentos da prestação de contas para o período do POCAL, havia uma interpretação desse género em algumas das Freguesias, mas não acompanhava essa interpretação. Outras havia onde nunca, ao longo de vários mandatos, se tinha feito essa informação financeira. -----

----- A Junta de Freguesia de Alvalade tinha um entendimento intermédio em relação às duas. Era seu desejo fazê-lo de futuro, mas o pressuposto disso era ter um Orçamento em vigor. Por outro lado, não havia um prejuízo informativo da Assembleia de Freguesia, uma vez que essa informação seria a Conta de Gerência a apresentar em breve. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o Grupo do PS na Assembleia de Freguesia via com muito gosto o cumprimento do programa eleitoral sufragado pelos eleitores. Em tão pouco tempo, dois meses, o Executivo tinha atuado nas mais diversas áreas: ação social, desporto, cultura, espaço público, colaboração com as diversas coletividades, associações de pais, grupos desportivos. Era presença assídua, como se podia verificar nos documentos, nos mais variados eventos que eram desenvolvidos na Freguesia e a sua atividade abrangia as diferentes faixas etárias, como era de esperar numa população que era muitas vezes tida como envelhecida mas que não o era. Havia muitas crianças e jovens e era com gosto que o PS via a atividade do Executivo virada para todos. -----

----- Queria salientar os trabalhos realizados no âmbito da ação social e da dinamização da economia, nomeadamente a parceria com o Movimento “Zero Desperdício Portugal”, a cedência da carrinha à Comunidade Vida e Paz, o apoio à iniciativa de comércio solidário e a dinamização do Mercado de Alvalade Norte. -----

----- Eram medidas dessas que permitiam responder à atual situação do País e Alvalade não era exceção. Dessa forma, mais uma vez queria manifestar a satisfação do PS por essa perceção do Executivo, que vinha permitindo manter a Junta de Freguesia em funcionamento, apesar de uma profunda reorganização administrativa. -----

----- Deixava uma sugestão ao Executivo, uma vez que estavam a ter os resultados de uma aposta feita pelos cidadãos de Alvalade, para que essas atividades fossem comunicadas de outra forma, talvez através de um site e de intervenções nas redes sociais, de forma a que os cidadãos fossem mais conhecedores do que se estava a passar na Freguesia. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse ao Senhor Presidente da Junta, uma vez que estavam a tratar da Informação Escrita que ele tinha dirigido, que a principal missão dos eleitos da Assembleia de Freguesia era a de fiscalizar e enriquecer com propostas aquela que era a atividade do Executivo da Junta de Freguesia. De outra maneira não faria sentido haver Assembleia de Freguesia, bastava existir o Executivo da Junta de Freguesia. -----

----- Considerava que o Senhor Presidente da Junta deveria ser o primeiro a querer que a sua Informação Escrita fosse atempadamente distribuída aos eleitos na Assembleia de Freguesia, porque aí estava estampada aquela que tinha sido a sua atividade. Aliás, era um dos documentos mais importantes que a Assembleia tinha oportunidade de refletir e parecia-lhe extremamente importante que de futuro não se voltasse a repetir essa situação. -----

----- Parecia-lhe ser de senso comum, e nem falava em bom senso, que ninguém iria discutir uma coisa que desconhecia e o Senhor Presidente da Junta deveria ser o primeiro a pugnar para que a documentação chegasse atempadamente. -----

----- Em relação ao passado, de que já muito se falara e tendo o Senhor Presidente usado palavras como “seriedade” e “não haver rotura”, não seria vergonha nenhuma reconhecer que lhe tinha sido deixado um passado rico, muito rico até. Também não era vergonha nenhuma que fossem continuadas as atividades que eram bem feitas pelos anteriores Executivos. -----

----- Quanto à Informação Escrita propriamente dita, falava-se em contactos. Como o Senhor Presidente dissera, tinham a ver com aquela primeira ronda que se fazia habitualmente e que era da praxe para dar a conhecer os eleitos, porque uma coisa eram os candidatos e outra coisa eram os eleitos. Gostava de conhecer em maior detalhe algumas questões que tinha visto mas que não estavam suficientemente detalhadas, do seu ponto de vista, quando se falava na articulação do Centro Social e Paroquial de São João de Brito com a Junta de Freguesia, na reunião com o Instituto de Gestão Financeira a propósito do espaço público dos logradouros no Bairro das Caixas. -----

----- Perguntou qual era a situação em que se estava relativamente às obras da zona 30 do Bairro das Estacas, assim como à zona 40 do Bairro das Caixas, qual a situação e o que poderiam esperar. -----

----- Perguntou também qual era o entendimento do Executivo da Junta de Freguesia a propósito dos postos de atendimento, se eram para manter ou não e em que moldes. Uma vez que estavam em altura de Natal, saber também se tinham sido distribuídos ou não os cabazes de Natal. -----

----- Referiu que, como já tivera oportunidade de dizer, a atuação enquanto eleitos pela Coligação e em especial pelo PSD, que era por quem podia falar, iria pugnar por fazer política e uma oposição com elevação. Não iria entrar em divisões políticas dentro da Assembleia de Freguesia que excedessem o estritamente necessário, porque considerava o interesse que estava em causa como o interesse de quem vivia em Alvalade e de quem estava em Alvalade. -----

----- Não iria entrar em divisões, mas não lhe parecia de bom tom quando se colocavam fotografias da intervenção na regularização de pavimentos junto à Igreja de São João de Brito, referindo-se à retirada de um outdoor da Coligação, da qual era responsável mas cujo serviço era prestado por uma empresa. Achava muito bem que a Junta de Freguesia tivesse feito a reparação da calçada, mas não lhe parecia adequado que colocassem uma fotografia a explicar por que razão a calçada ali não estava em perfeitas condições, porque de outra maneira teriam que explicar como tinham aparecido todas as outras circunstâncias. Era um tipo de abordagem com a qual não se identificava e pela qual não iria entrar. -----

----- **Membro Nuno Domingues (BE)** disse que verificava com agrado e satisfação um documento mais completo que os anteriores. Notava-se que havia um investimento e uma evolução pela positiva, onde se incluíam as fotografias, porque toda a informação acrescentava, fosse ela escrita ou de imagens. Era esse o caminho e era a primeira valorização do trabalho feito. -----

----- Em relação concretamente às atividades descritas, tinha algumas questões e começava pela inauguração da Exposição “Encontros Imaginários” do artista Marco de Mesquita na galeria dos serviços centrais da Freguesia. Perguntou se esse tipo de inauguração era só uma inauguração, ou se à volta dela tinha sido produzido algum material de divulgação, por exemplo um catálogo. No fundo era saber que tipo de logística tinha sido desenvolvida à volta do evento. -----

----- A cultura devia existir com abundância na Freguesia e apenas listar a inauguração era pouco. Via os documentos de outras Freguesias e achava que deveriam ir mais além, mostrar através desses documentos que estavam de facto a apostar na área da cultura e nas artes plásticas em particular. -----

----- Na mesma linha, quando se falava na visita ao trabalho em curso no Muro das Murtas, perguntava se era vontade do Executivo apresentar à Galeria de Arte Urbana da CML sugestões de outros muros. Era uma forma de organizar um discurso visual que por vezes era mal considerado e competia às Juntas de Freguesia oferecer aos jovens que se reviam nessa forma de expressão plástica um suporte para produzir esse tipo de arte urbana, os graffiti, que por vezes eram muito mal considerados e todos percebiam porquê, quando se confundiam com os escritos sem sentido. -----

----- No fundo, sugeria ao Executivo que oferecesse outros muros à GAU. Gostaria que Alvalade fosse também um espaço cultural de referência na Cidade de Lisboa e o caminho estava certo, mas gostava que fossem um pouco mais além. -----

----- Em relação às reuniões com a EGEAC e com a Universidade Lusófona e a propósito do próximo logotipo da Freguesia de Alvalade, lembrava ao Senhor Presidente da Junta que fazia parte da Universidade de Lisboa, com sede na Freguesia, a Faculdade de Belas Artes. No logotipo da Faculdade de Direito, recentemente alterado, todas as paredes da Faculdade de Direito tinham sido fruto de uma ligação próxima com a Faculdade de Belas Artes, que infelizmente, por opção da Faculdade, não quisera estar ali sediada. Conhecia-se a história, estavam no Chiado, mas faziam parte da Universidade de Lisboa e, portanto, a Faculdade de Belas Artes estava mais próxima do que parecia e era mais uma Faculdade a quem recorrer, até porque já tinha experiência. -----

----- Saudou a visita ao Bairro das Murtas, com a presença da GEBALIS e com o Centro Social e Paroquial do Campo Grande, porque era uma das intervenções no terreno mais importantes que o Executivo tinha de realizar. Tinha estado recentemente com o Senhor Presidente da Junta, a propósito do direito de oposição, e dissera que já não ouvia tiros no Bairro das Murtas, mas tinha que fazer uma correção porque no dia anterior ouvira dois. Não podia ser uma tradição, porque havia pessoas a viver ali ao lado e não podia aceitar que se dessem tiros. Vivia na Avenida do Brasil e ouvia os tiros e depois havia outras manifestações de violência, ou de susto, o que não podia acontecer, não aceitava isso na Freguesia. -----

----- Esse tipo de intervenção com a GEBALIS e o Centro Social e Paroquial do Campo Grande, que fazia um excelente trabalho, devia estar na lista de prioridades do Executivo de Alvalade. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que centrava a sua intervenção na área geográfica da Freguesia de São João de Brito, aquela com que se identificava mais e conhecia melhor. -----

----- Em relação à questão das exposições, sugeria ao Senhor Presidente que oferecesse os três catálogos para memória futura que a anterior Junta de Freguesia editara com toda a coleção de exposições que foram feitas desde doze anos antes, sem escapar uma, nesse átrio. Foram sempre editados na ordem dos mil a dois mil exemplares e tinha sido uma forma de divulgação fabulosa para memória futura da arte de jovens, de fregueses, de estudantes. -----

----- Ainda em relação à questão das exposições, sugeria que se preservasse uma tradição de convívio democrático, que era a de normalmente enviar com antecedência convites para as inaugurações a todos os Membros da Assembleia de Freguesia. Quem pudesse ia e quem não pudesse não ia ou ia mais tarde, mas era nesses momentos em que a cultura extravasava qualquer querela política que a cultura democrática também se podia implementar. -----

----- Disse que tinha várias perguntas muito concretas. A primeira era saber para quando estaria prevista a abertura do site da Freguesia e saber para quando estaria prevista uma decisão sobre o logotipo, que sabia estar em concurso com a Universidade Lusófona. -

----- Perguntou se havia alguma ligação direta da Junta de Freguesia com os bancos alimentares existentes na Freguesia, nomeadamente o banco alimentar da Paróquia e das chamadas "Vicentinas". -----

----- Não sendo embora uma competência direta da Junta de Freguesia, gostaria de saber se pretendia fazer algum levantamento das deficiências de iluminação que começavam a aparecer na Freguesia. Havia vários candeeiros apagados e seria interessante, até porque fazia parte da qualidade de vida a segurança dos fregueses, fazer um levantamento e reportar a quem de direito. -----

----- Por último, referir que havia um buraco no asfalto que parecia persegui-los havia muito tempo, no cruzamento da Duarte Lobo com a Malheiro Dias. Tinha reparado que o buraco estava lá outra vez e ainda por cima estava invisível, tapado com água quando chovia. De vez em quando ficava lá um carro parado. Deveriam fazer chegar a quem de direito, porque não sabia o que se passava ali, se era deficiência de material, se chovia muito só naquele bocadinho, mas a verdade era que tapavam o buraco e passados quinze dias estava de novo aberto. -----

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** disse que gostaria de referir, porque não estava mencionado, o problema da Vila Miguéns. Era um problema que estava pendente e queria saber se a Câmara, em conjunto com a Junta de Freguesia, já teria resolvido esse problema pendente. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que procuraria responder à totalidade das questões, sem prejuízo de ser questionado novamente se fosse insuficiente em alguma das respostas. -----

----- Quanto à demora na Informação Escrita, essa era uma queixa própria de quem porventura não tivesse acesso a e-mail, que não tivesse e-mail ou que não tivesse divulgado aos serviços da Junta de Freguesia na sequência da tomada de posse. O cumprimento do prazo postal tinha sido assegurado, os tais cinco dias, e admitia que o cumprimento desse prazo depois resultasse numa distribuição postal perturbada em função, não apenas da tolerância de ponto, mas do próprio feriado. Tinha-se dado solução à medida que os Membros da Assembleia de Freguesia iam solicitando e alertando para isso, havendo casos em que os Membros da Assembleia tiveram a gentileza de sinalizar e levantaram exemplares em papel na Junta de Freguesia, outros não o fizeram. -----

----- Admitia que tivesse chegado a Informação Escrita por via postal, uma vez que por e-mail teria seguramente recebido na passada sexta-feira. -----

----- Relativamente ao passado, pelos vistos estavam nisso de acordo. Não se falava em rotura, porque reconhecia que nalguns casos havia obra bem feita e pronunciar-se-ia sobre os exemplos que considerava mais relevantes. Vinha havendo o decoro de não ser ostensivo na divulgação daquilo que se considerava não ser uma política tão bem feita. Portanto, mantinha-se uma continuidade daquilo que era bom para os fregueses e paulatinamente ia-se eliminando aquilo de que discordavam e implementar a própria política. O que não embarcava era em certas mitologias que muitas vezes eram divulgadas a propósito do passado ser mais ou menos rico. -----

----- Havia Juntas que tinham efetivamente saldos de gerência muito elevados e o PS na Assembleia de Freguesia, na oposição, sempre tivera o mesmo discurso que mantinha, de que muitas vezes isso resultava de uma utilização inferior dos meios que eram colocados à disposição da Junta de Freguesia para promover serviço público. Algumas vezes isso era feito com um propósito transparente e claro, como era o caso do dinheiro

amealhado pela Junta de Freguesia de Alvalade na expectativa de vir a construir uma sede e o centro social, que pelo menos do ponto de vista da sede estava ultrapassado.--

----- Noutros contextos não era tão clara a opção, se era uma política em si mesma de poupança por poupança, mas também não fazia críticas muito profundas a isso porque não eram escolhas decisivas na orientação. Muito agradava que houvesse meios para o que viesse a ser um projeto de investimento de capital que a Junta de Freguesia, no atual mandato ou em futuros, pudesse ter que realizar. O que era evidente era que no contexto dos Orçamentos apresentados esses saldos de gerência resultavam intocados, não sendo um assunto que estivesse na ordem do dia.-----

----- Por outro lado, não se podia tocar em todos porque os produtos financeiros escolhidos para o destino dos saldos de gerência da Freguesia de Alvalade não eram produtos que, na sua opinião, fossem próprios de ser usados por entidades públicas, designadamente por não serem depósitos bancários a prazo normais e estarem associados ao desempenho relativamente instável de *commodities*. Não queria ser excessivamente técnico em relação a isso, mas nesse dinheiro não poderiam tocar, pelo menos até dois mil e quinze, sob pena de perder juros e capital.-----

----- Havia *cum grano salis*, como se costumava dizer entre os juristas, “com um grão de sal”, porque tinha mais do que era publicamente conhecido e divulgado, mas como tivera oportunidade de dizer atempadamente, jamais se pronunciaria sobre isso em público antes de o dizer na Assembleia de Freguesia, por uma questão de lealdade institucional com todas as forças políticas. A partir de então sentia-se à vontade para se pronunciar sobre isso em todo e qualquer fórum que a questão se colocasse.-----

----- Era verdade que tinham meios financeiros para os desafios que se avizinhavam, mais que outras Juntas de Freguesia, mas não tinham herdado a “galinha dos ovos de ouro”. O que era de estranhar era que tivesse sido possível em tantos anos que os serviços das Juntas de Freguesia conseguissem ser assegurados do ponto de vista orçamental quase só com recurso às verbas que provinham dos protocolos de delegação de competências, deixando intocada a verba colocada ao serviço das Juntas de Freguesia pelo Orçamento de Estado.-----

----- Relativamente à questão colocada em termos da imagem, dos outdoors, para a responder teria que aceitar o juízo de intenção feito e que não acompanhava. Não iria entrar nessa matéria.-----

----- Quanto às colaborações com os centros sociais e paroquiais, estava no momento mais aprofundada com o do Campo Grande do que com São João de Brito, com quem foram apenas encetadas conversações iniciais. Tinha o propósito de constituir pela primeira vez uma comissão social de Freguesia em Alvalade, integrada na rede social. Era um pedido das próprias organizações.-----

----- Havia a expectativa à partida de que houvesse resistência por parte das organizações que estavam no terreno, de que a Junta de Freguesia assumisse um papel liderante de consolidação da rede para mais fino conhecimento das carências sociais no território da Freguesia e para desenvolvimento do conjunto de políticas integradas que eram muito importantes.-----

----- No Centro Social e Paroquial do Campo Grande tinha havido um aprofundamento do envolvimento nos projetos relativos à intervenção em especial no Bairro das Murtas, mas também na Componente de Apoio à Família realizada na Escola de Santo António, que também tinha a ver com a ligação ao Centro Paroquial e ao trabalho que realizava ao nível do Bairro das Murtas. Com o Centro Social e Paroquial de São João de Brito ainda havia passos a dar, mas tinham sido encetadas conversações com alguma efetividade no sentido de se trabalhar em conjunto para criar uma comissão social de

Freguesia integrada na rede social, da qual esperava dar notícias na próxima Assembleia de Freguesia com mais profundidade.-----

---- Quanto à questão da relação com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, especialmente em relação ao Bairro das Caixas, esse era um assunto que para quem conhecia, como era o caso do Membro Valdemar Salgado, em virtude de ter exercido durante doze anos a Presidência da Junta de Freguesia do Campo Grande, era um assunto difícil.-----

---- O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social era desde os anos quarenta titular de um conjunto de terrenos no Bairro das Caixas, tanto logradouros traseiros como dianteiros. Ao contrário da maior parte das expectativas daquela população, também os logradouros dianteiros eram propriedade do Instituto.-----

---- Na Assembleia de Freguesia do Campo Grande mantinha-se uma divergência quanto à manutenção desses logradouros, divergência que se manteria e que procuraria resolver no devido momento. Esses terrenos deviam ter revertido, depois da urbanização do Bairro de Alvalade, para a CML, o que nunca acontecera. O momento em que tinha estado mais próximo seria cerca de quatro anos antes, em que a Câmara Municipal se apresentara com a disponibilidade para fazer intervenções de vários tipos, desde intervenções de estacionamento, mas também intervenções verdes e de fruição do espaço público.-----

---- Não teria a profundidade da reposição da legalidade urbanística, porque aquele espaço tinha sido edificado de forma ilegal pelos moradores, mas acima de tudo a requalificação dos espaços livres e que com um investimento relativamente reduzido se permitisse aumentar o nível de segurança, a permeabilidade daqueles logradouros e acima de tudo o seu aproveitamento pela generalidade da população.-----

---- Acontecia que o Instituto de Gestão Financeira não tinha atualmente, depois de ter mudado de dirigentes, a vontade de ceder de forma gratuita ou com uma onerosidade simbólica. O argumento que fora usado na reunião com a Junta era de que o Tribunal de Contas se oporia a que o Instituto abrisse mão a título gratuito ou abaixo do valor de mercado de um conjunto de terrenos. Era um argumento que se procurara refutar com a ideia de que aqueles terrenos não tinham qualquer valor urbanístico e, portanto, não tinham qualquer outra utilidade.-----

---- Tinha-se explicado ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que se faria uma fiscalização, em especial fitossanitária do arvoredo naquela zona, que podia provocar acidentes e danos patrimoniais relevantes, e que se manteria, o que era já feito pela Junta de Freguesia do Campo Grande, uma grande atenção sobre qualquer risco. Em danos que houvesse, seriam aconselhados os moradores a proceder judicialmente contra o Instituto de Gestão Financeira, no sentido de se ressarcirem dos danos que eventualmente sofressem.-----

---- Todavia, recentemente o Instituto de Gestão Financeira celebrara com a EMEL, e aproveitava para falar da zona 40, um protocolo ao abrigo do qual a EMEL tinha competência para intervir naqueles logradouros, sendo certo que a EMEL estava essencialmente vocacionada para intervenções relativas a estacionamento. Não estava muito vocacionada para fazer outras intervenções necessárias, designadamente intervenções verdes que seriam úteis também à requalificação daqueles espaços.-----

---- O que se tinha proposto e estava em discussão era a possibilidade da CML "cavalgar" esse protocolo e fosse sub-rogada pela EMEL na intervenção verde que essa não tivesse vontade ou vocação para fazer. Isso permitia, para além daquilo que estava programado pela EMEL, também requalificar alguns outros logradouros, pelo menos um que fosse piloto e que permitisse depois um movimento participativo, em que a população aderisse à ideia de também o seu logradouro ser requalificado.-----

----- Disse que a zona 40 da EMEL não se confundia com a ideia da zona 30. Tinha a ver com a circunscrição das zonas de tarifação de estacionamento da cidade. Podia ser a zona 41, ou 19, ou 23, eram numerações do mapa de distribuição do território da cidade. A zona 40 era uma intervenção simples, era tarifar os eixos de possível atravessamento, colocar estacionamento exclusivo para residentes nos impasses perpendiculares à Avenida da Igreja e fazer quatro intervenções de estacionamento em quatro logradouros selecionados: -----

----- Eram três com acesso pela Rua Afonso Lopes Vieira. Para quem conhecia, um era ao lado de uma venda ambulante de pão, onde já era feito estacionamento selvagem, e o outro em frente onde acontecia exatamente a mesma coisa. Esses seriam logradouros requalificados; -----

----- Um com acesso pela Rua José Lins do Rego, onde havia umas oficinas da CML que estavam desativadas; -----

----- Um outro em frente à entrada da Travessa Aboim Ascensão. -----

----- Eram quatro intervenções de estacionamento que permitiam aumentar em cerca de cento e cinquenta lugares de estacionamento naquela zona para residentes com dístico. -

----- Faltava fazer um registo fotográfico do existente e uma contagem noturna do estacionamento selvagem em cima do passeio, para se ter uma perceção mais fina de quais eram as efetivas necessidades de estacionamento para residentes. A contagem diurna iria apanhar na sua malha o estacionamento que dizia respeito a residentes e a utentes diurnos que acabavam por utilizar aqueles espaços porque não eram tarifados. A EMEL queria uma leitura de estacionamento noturno, que a Junta de Freguesia faria brevemente, no sentido de avançar com essa intervenção e depois com iniciativas participativas de auscultação dos cidadãos antes de avançar com a obra. -----

----- Quanto à zona 30 do Bairro das Estacas, era uma obra polémica, como todas as obras de zonas 30, porque provocavam profundo transtorno na população, uma vez que eram obras muito dispersas no território e o estaleiro era móvel. Uma intervenção podia ser num determinado arruamento e uma vez concluída ou interrompida, porque o betuminoso tinha que assentar antes da obra concluir, ia para outro ponto da Freguesia.

----- Havia um esclarecimento que lhe parecia fundamental, de que essa obra estava em curso quando a atual Junta de Freguesia tomara posse. Essa obra e esse projeto eram do conhecimento da anterior Junta de Freguesia de Alvalade e a abordagem diferia do atual Executivo. -----

----- O projeto das zonas 30, embora houvesse uma polémica a esse propósito lançada na última reunião de Câmara, era um projeto que lhe parecia muito positivo do ponto de vista da vivência de bairros com predominância habitacional e com traçado urbanístico homogéneo, aumentava o nível de segurança dos peões e a possibilidade de uma utilização por crianças ou bicicletas mais apta a diminuir o nível de acidentes de automóveis e de atropelamentos. -----

----- As zonas 30 eram uma política sufragada e apoiada pelas Nações Unidas e parecia-lhe uma boa política, mas havia uma pretensão do Executivo da anterior Junta de Freguesia de Alvalade em parar a obra, em virtude de um conjunto de queixas que depois foram avaliadas numa reunião com o Diretor Municipal de Mobilidade e Trânsito, o Engenheiro Francisco Brandão, e das quais na sua opinião apenas uma era justa. As outras, muitas vezes não tinham a ver com a zona 30, tinham a ver com a semaforização, tinham a ver com a reabilitação da Vila Afifense e com outros problemas daquela zona que não eram próprios da zona 30. -----

----- Não tendo sido feita a divulgação à população dos instrumentos de divulgação que estavam preparados nessa altura, fora decidido acolher uma das propostas, que era de não reduzir a Rua Bulhão Pato a um sentido de tráfego, não pelos argumentos que eram

invocados de pretensa conveniência para os moradores de certos prédios daquela zona, mas para não diminuir a afluência de clientes ao Mercado de Alvalade Sul, que já era fortemente depreciado. Era entendimento que se diminuísse o nível de acesso pela Avenida de Roma àquele espaço de mercado iriam diminuir, num contexto de crise, ainda mais a atividade daqueles comerciantes que já tinham dificuldades.-----

----- Tinha-se preparado um novo folheto em função da pretensão da Junta de Freguesia, a única que era comum à anterior Freguesia de Alvalade, distribuindo-se à população. Havia alguns pedidos de esclarecimento aos moradores e a Junta contribuía para isso no que podia, mas a obra não era sua e procurava canalizar as pretensões das próprias populações. Havia pessoas muito atentas a isso e que tinham uma participação cívica de elevadíssimo nível, cujas intervenções se estavam a aproveitar no sentido de melhorar a obra em curso. Em especial tratava-se de planear de outra forma as obras que iriam ser lançadas.-----

----- Provavelmente em 2014 haveria intervenções na zona 30, mais pequenas do que no Bairro das Estacas, que era uma intervenção muito extensa, mas onde haveria oportunidade e sobretudo vontade política por parte da Junta de Freguesia para fazer um verdadeiro esclarecimento à população, feito de uma forma colaborativa com a CML. Era esse o nível de colaboração que estava em falta e que dera origem a um desconhecimento por parte da população sobre aquilo que ia acontecer.-----

----- A Junta de Freguesia tinha feito o que podia com uma obra que encontrara em curso no momento da sua tomada de posse e, se bem que encontrasse algumas falhas na forma como a empreitada fora conduzida, não tinha nenhuma dificuldade em fazê-lo. Pretendia-se que fosse feito de outra maneira no futuro.-----

----- Quanto aos postos de atendimento, aquilo que se estava a avaliar era a possibilidade de manter quatro postos de atendimento no território da Freguesia, um na sede, que se estivessem de acordo seria no edifício onde se encontravam, outro na Teixeira de Pascoais, onde era a sede da Junta de Freguesia de Alvalade, outro no Bairro Fonsecas e Calçada, numa loja das cooperativas de habitação, e eventualmente no edifício dos Coruchéus, onde estava instalada a Academia Sénior. Esse era aquele cujo estudo demoraria mais tempo, porque implicava uma transformação mais profunda.---

----- Isso faria com que se libertasse o edifício da Ernesto Vasconcelos para outras finalidades que não o atendimento ao público. Desde logo, porventura, a instalação de parte dos serviços da Junta de Freguesia, que cresceriam no contexto da reorganização administrativa, contando-se para isso com o piso superior. O piso inferior era para alargar à fruição por coletividades, associações, forças vivas que quisessem usar o salão para a sua atividade, sem terem necessidade de um espaço permanente.-----

----- Isso era o que estava pensado, mas ainda carecia de bastante evolução, até porque implicava reflexões sobre o jardim-de-infância e sobre a própria Academia Sénior. O posto da Ernesto Vasconcelos só deixaria de estar em funcionamento se o posto dos Coruchéus abrisse.-----

----- Esclareceu que os cabazes de Natal não estavam apontados porque a informação fechava a vinte de dezembro e os cabazes tinham sido distribuídos a vinte e três. Seria uma informação relatada com os devidos detalhes na próxima Informação Escrita, que já diria respeito a esse período, mas de facto tinham sido distribuídos cabazes de Natal. As políticas das três Juntas de Freguesia eram muito diferentes e havia uma tentativa para homogeneizar a política de distribuição de cabazes, acima de tudo para encontrar um critério de distribuição de cabazes que fosse passível de ser explicado. Pedira-se o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na sinalização das famílias carenciadas e destinatárias do respetivo cabaz.-----

----- Quanto à questão do BE sobre a exposição do artista Marcos de Mesquita, ela tinha sido preparada pelo anterior Executivo da Junta de Freguesia, como aliás seriam as próximas até, eventualmente, julho de 2014, uma vez que o calendário de exposições era planeado com uma antecedência de seis meses. Tinha-se decidido manter esse calendário em funcionamento, porque mesmo na oposição sempre se reconhecera ser uma boa política do anterior Executivo da Junta de Freguesia de São João de Brito. Seria mantida enquanto fosse possível e considerada proveitosa.-----

----- Não se tinham convidado os Membros da Assembleia de Freguesia para essa exposição porque também tinham sido convidados para ela. O Doutor Joaquim Fernandes Marques tivera a gentileza de lhe deixar um convite para essa exposição, dias depois de terem tomado posse. De futuro acolheria a sugestão do Membro Diogo Bastos e seriam convidados para as próximas exposições. -----

----- Disse que o propósito de acompanhar a intervenção feita pela Galeria de Arte Urbana da CML era precisamente estreitar os laços entre a Junta de Freguesia e essa galeria de arte e esse tipo de intervenções, porque eram intervenções que permitiam em primeiro lugar uma expressão artística contemporânea aberta à fruição de qualquer pessoa e por outro lado impediam que aquele espaço, porque havia uma subcultura do graffiti, não fosse selvaticamente grafitado sem qualidade. Era uma boa política, tanto do ponto de vista de intervenção social no muro fronteiro ao Bairro das Murtas e que se poderia aprofundar. -----

----- Explicou que não se tinha ido à Faculdade de Belas Artes pedir apoio para o concurso do logotipo porque embora a sede da Universidade de Lisboa fosse na Freguesia, o caso circunstancial da Faculdade de Belas Artes era no Convento de São Francisco, na fronteira entre as Freguesias da Misericórdia e de Santa Maria Maior. ---

----- A opção tinha sido procurar a instituição de ensino superior que estava a lecionar design no território. Era uma decisão passível de revisão, mas nesse contexto tinha sido a opção. Não se esquecia da Faculdade de Belas Artes, aliás era suspeito porque nunca se esquecia de nenhuma faculdade da Universidade de Lisboa em nenhum momento, mas nesse contexto tinha sido a opção. -----

----- Quanto à inauguração do site, não queria adiantar uma data. Ele dependia da elaboração do logotipo, que entraria num processo participativo a partir de janeiro. Tinham ido a *shortlist* as três melhores propostas. Tinham sido muitos os alunos a participar, mas a qualidade era muito heterogénea, com logotipos muito bons e outros muito fracos. Seriam expostos nos diversos postos de atendimento a um processo participativo de votação pela própria população. A partir daí seria concebida toda a imagem institucional da Junta de Freguesia, bem assim o site da internet. -----

----- Não se devia confundir logotipo com brasão, que eram duas coisas distintas para o Executivo. O logotipo comunicaria uma imagem corrente, mais contemporânea, no dia-a-dia da Junta de Freguesia e que veriam na maior parte dos suportes comunicacionais. O brasão teria uma mensagem institucional usada noutra tipo de suportes. -----

----- Era intenção do Executivo ter um brasão institucionalmente elaborado, o que porventura demoraria mais por depender do parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, mas o logotipo seria mais rápido e, portanto, a imagem institucional seguiria por aí. -----

----- Quanto aos bancos alimentares, ainda não havia profundidade desses contactos. Tinham-se orientado na procura de parceiros na área do combate ao desperdício alimentar. -----

----- Quanto à iluminação, tomava boa nota mas devia salientar que quando se fizera o levantamento dos sem-abrigo com a Santa Casa da Misericórdia, nessa noite os voluntários tinham uma ficha para tomarem nota das ocorrências de espaço público com

as quais se cruzassem. Esse tratamento estava a ser elaborado e incluía algumas referências à iluminação pública, porque tinha sido feito à noite e era muito evidente. Essa informação seria tratada e encaminhada, bem como a questão do buraco seria enviada para os serviços competentes. -----

---- Quanto à Vila Miguéns, tinha havido um conjunto de reuniões com a UIT e fora decidido consultar o Gabinete do Vereador Manuel Salgado a propósito dos passos previsíveis na intervenção de ligação do Campo Grande à Avenida Santos e Castro. Embora fosse uma obra *ad calendae*, era uma obra que interferiria com parte da requalificação da Vila Miguéns e, portanto, a opção do Executivo era que se fosse uma obra a arrancar a breve trecho não se fazia intervenção na Vila Miguéns porque ela seria destruída pouco tempo depois e o dinheiro investido era deitado à rua. Se não houvesse prazos, ou o prazo fosse excessivamente prolongado, seria feita essa intervenção, até com a ideia de preservar uma antiga vila operária que havia no território, mas com algumas alterações em relação ao projeto que estava concebido do ponto de vista da estrutura de manutenção de terras e de desvio do fontanário que estava muito próximo do passeio e que devia enquadrar a entrada da Vila Miguéns.-----

---- **Ponto 3 – Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções do Presidente da Junta de Freguesia;** -----

---- O Senhor Presidente da Junta disse que tinha optado pelo exercício de funções em regime de permanência, distribuindo meio tempo ao Secretário Igor Boal Roçadas, nos termos dos artigos 27.º, número 2 e 28.º, número 2, alínea a) da Lei n.º 169/99.----

---- O Senhor Presidente, verificando não haver intervenções, disse que a Assembleia considerava verificada a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções do Senhor Presidente da Junta de Freguesia.-----

---- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação, nos termos da alínea n) do nº1 do artigo 9º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, da proposta da Junta de Freguesia de fixação da sede da Freguesia na Rua Conde de Arnos, nº 5-B, 1700-112 Lisboa;**

---- O Senhor Presidente da Junta referiu que essa deliberação resultava do facto da comissão instaladora da Freguesia de Alvalade ter optado por tomar uma deliberação provisória quanto à sede da Junta de Freguesia e tê-la fixado na Rua Ernesto Vasconcelos, número 8, sita ao Campo Grande.-----

---- Era entendimento do Executivo em primeiro lugar tomar uma deliberação que tivesse foros de definitiva e, por outro lado, escolher o edifício que considerava mais infraestruturado no conjunto das anteriores três sedes das Freguesias. Por outro lado ainda, era também o único construído de raiz para acolher uma Junta de Freguesia em termos da sua adequação às necessidades atuais. Era certo que o edifício da Rua Ernesto Vasconcelos tinha sido construído nos anos trinta com esse propósito, mas as exigências atuais de funcionamento de uma Junta de Freguesia não eram as mesmas dos anos trinta.

---- Estavam no edifício que se apresentava mais funcional, como podiam verificar todos os que tivessem tomado posse na Rua Ernesto Vasconcelos por circunstâncias de ser a sede provisória decidida pela comissão instaladora, estavam na presente Assembleia a notar outras condições para o seu funcionamento, sem prejuízo dela poder funcionar noutros espaços.-----

---- A intenção da Junta de Freguesia era propor à Assembleia de Freguesia que determinasse o edifício como nova sede da Freguesia de Alvalade.-----

---- O Senhor Presidente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta da Junta de Freguesia de fixação da sede da Freguesia na Rua Conde de Arnos, nº 5-B, 1700-112 Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da proposta de instrumentos de gestão previsional a que se refere a alínea a) do nº 3 do artigo 2º da Lei nº 81/2013, de seis de dezembro:-----

----- O Senhor Presidente da Junta esclareceu que esse ponto resultava pelo facto das duas Leis que operaram a reorganização administrativa do território das Freguesias, quer de Lisboa, quer nacional, não terem previsto todos os instrumentos jurídicos aptos à prossecução de uma normalidade funcional e financeira das Juntas de Freguesia.-----

----- Tinha sido opção da Junta de Freguesia, e assumia-o desassombadamente, apenas encetar os procedimentos necessários à aprovação formal dos instrumentos de gestão depois da entrada em vigor da referida Lei. A Lei tinha sido aprovada a um de novembro na Assembleia da República, promulgada pelo Senhor Presidente da República no último dia do prazo que tinha à disposição, fora publicada e entrara em vigor no dia nove. -----

----- Na reunião subsequente do Executivo da Junta tinham-se aprovado os instrumentos de gestão previsional, foram ouvidos os partidos da oposição e estavam na presente sessão com a necessidade de aprovar. -----

----- Reconhecia que outras Juntas tinham tomado outras opções e fizeram antes da Lei ter sido aprovada pela Assembleia da República, outras tomaram a opção de o fazer no período entre a aprovação e a entrada em vigor da Lei, mas em termos de perfeita legalidade e porventura por deformação profissional tinha sido opção do Executivo fazê-lo depois da Lei estar efetivamente em vigor.-----

----- O exercício que estava em presença era meramente formal e correspondia apenas à adaptação dos Orçamentos das três antigas Juntas de Freguesia com as alterações, uma vez que as rubricas não eram totalmente sobreponíveis e, portanto, foram agrupadas em rubricas próximas, salvo duas pequenas exceções:-----

----- A primeira exceção era que por volta do final da década de noventa o Vereador Vasco Franco tinha atribuído uma verba na altura de dez mil contos, cinquenta mil euros na moeda atual, à Junta de Freguesia do Campo Grande para as cooperativas de habitação “Unidade do Povo” e “25 de Abril”, mas nem toda a verba tinha sido transferida. Tinha sido transferida uma tranche ainda em 2013, mas não a restante verba, segundo sabia por algumas dificuldades circunstanciais de tesouraria. -----

----- Era opção do Executivo transferir ainda no presente exercício orçamental e, uma vez que se encontravam reunidas as condições de liquidez para tal, introduzira-se uma rubrica de receita relativa à CML e seriam transferidos os trinta mil euros em falta, em partes iguais para as duas cooperativas, que já estavam a executar obras e tinham compromissos assumidos com os fornecedores.-----

----- A segunda exceção fora a necessidade de agregar os *softwares* de gestão das três antigas Freguesias, que era um pressuposto necessário da preparação desse exercício, como da preparação do exercício de 2014. Não era um exercício simples de fazer, uma vez que havia uma redundância tríplice de todos os tipos de fornecedores que paulatinamente se vinha estudando e resolvendo. Cada vez que era preciso tomar uma decisão a propósito de um fornecedor a breve prazo tinham que ser avaliados os três fornecedores das Juntas de Freguesia anteriores, ver que contratos estavam renovados ou não e perceber o movimento contratual menos oneroso do ponto de vista de denúncia de contratos para a nova Freguesia.-----

----- Isso tinha sido feito e queria fazer um agradecimento público não só ao Senhor Tesoureiro, mas também à consultadoria de contabilidade, porque em tempo recorde conseguiram dar resposta a uma pressão introduzida pelo Executivo e especialmente por si para que esses instrumentos estivessem prontos a tempo, porque eram fundamentais para a legalidade financeira e para todo o funcionamento da Freguesia de Alvalade. ---

----- Tinha-se optado por um Orçamento de absoluto equilíbrio formal, sendo claro para o Executivo, como veriam na Conta a ser apresentada em abril, que não seria totalmente executado e, portanto, haveria um resultado líquido favorável, como aliás era tradição das três Freguesias anteriores. Não tinha nenhuma reserva em dizê-lo e o quadro seria semelhante a esse. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, na ausência momentânea do Senhor Presidente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de instrumentos de gestão previsional a que se refere a alínea a) do nº 3 do artigo 2º da Lei nº 81/2013, de seis de dezembro**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com dezasseis votos a favor e três abstenções. -----

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da proposta de Opções do Plano e de Orçamento para 2014;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram duas peças essencialmente vocacionadas para a reorganização administrativa da Cidade de Lisboa e para duas ou três prioridades mais fundamentais que não podiam deixar de ser realizadas ou iniciadas durante o ano de 2014. -----

----- As linhas de desenvolvimento estratégico exprimiam isso mesmo e descreviam com algum detalhe aquilo que já era conhecido, aprovado pela Câmara e submetido à Assembleia Municipal e que estava em apreciação pela Quinta Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, que dizia respeito aos espaços estruturantes para a cidade no contexto da reorganização. -----

----- Havia uma alteração posterior à elaboração do documento e à sua aprovação pelo Executivo. Em certo momento havia a informação de que, depois da requalificação da zona sul do Jardim do Campo Grande, a sua manutenção ia ficar a cargo da Junta de Freguesia, mas felizmente isso tinha sido revisto e, portanto, não ficaria a manutenção a cargo da Junta. -----

----- Propôs que no ponto 1.1 das medidas de desenvolvimento estratégico, onde se lia “exceto no Jardim do Campo Grande até à conclusão da requalificação da zona sul..”, que sãsse o que dizia respeito ao Jardim do Campo Grande. -----

----- Quanto ao mais, as vias estruturantes eram essas, a identificação dos postos de limpeza que transitavam pela reorganização administrativa era essa, a opção de procurar reforçar a capacidade de limpeza da Freguesia com um investimento que depois estava expresso no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos do ponto de vista dos equipamentos. Não eram equipamentos tão caros quanto isso. -----

----- Sublinhava a situação financeira da Freguesia, que mesmo esse investimento de capital deixava intocáveis os saldos de gerência acumulados ao longo dos anos pelas extintas Freguesias. -----

----- Disse que a estratégia era diferente para o Mercado Norte e para o Mercado Sul. -

----- Depois era descrito, de acordo com a distribuição dos pelouros, quais eram as prioridades centrais das linhas de desenvolvimento estratégico e que depois se refletiam nas opções orçamentais que ficavam expressas no exercício orçamental, que era natural que fosse passível de revisão. Em primeiro lugar seria sempre para a incorporação do saldo de gerência numa primeira revisão realizada em abril, como era tradicional em todas as Freguesias. -----

----- O próprio Orçamento de Estado aprovado pela Assembleia da República previa a fórmula de reajustamento das transferências de verbas do Orçamento de Estado para as Freguesias, em termos de que se não fossem implementadas todas as competências, ou todas ao mesmo ritmo, aquilo que a Câmara tivesse que suportar por continuidade do exercício das suas competências era reajustado numa última tranche de financiamento anual por parte da Direção Geral das Autarquias Locais, tendo que ser refletida numa

revisão orçamental. Podia não configurar uma revisão orçamental e ser apenas uma alteração orçamental, que era da competência do Executivo da Junta de Freguesia e não haveria lugar à sua apreciação por parte da Assembleia de Freguesia, sem prejuízo da fiscalização normal. -----

----- O orçamento da receita era feito a dois tempos. Algumas receitas apuravam o histórico do conjunto das três Freguesias nesses domínios, numa ótica conservadora, as outras resultavam diretamente da Lei, quer fosse o Orçamento de Estado para 2014, quer fosse a Lei 56/2012, que tinha a previsão da verba de 3.764.938,19 euros, que era o bolo maior do ponto de vista do orçamento das receitas. Se somassem esse valor com o que provinha do Fundo de Financiamento das Freguesias, ficavam com a quase totalidade do Orçamento. -----

----- No orçamento da despesa, as duas grandes opções resultavam por um lado daquilo que era expresso no mapa de pessoal. Ao contrário do que dissera a Membro Mariana Teixeira, não era a assunção de que iria ser totalmente preenchido, era a abertura de espaço para que a reforma se fizesse. -----

----- Ao contrário de outras Freguesias, que estavam à espera que a Câmara lhes dissesse qual era o caminho a seguir, a Junta de Freguesia de Alvalade olhava para a frente, avaliava as suas necessidades e preparava o seu mapa de pessoal para as opções que pretendia prosseguir e, acima de tudo, para aquilo que já conhecia do lado da CML e que era essencialmente o conjunto de funcionários afetos à higiene e limpeza urbana nos postos da Moniz Barreto e das Murtas; dos equipamentos escolares, as auxiliares de ação educativa dos três jardins-de-infância públicos da Freguesia; os funcionários afetos ao Mercado de Alvalade Norte, porque o Mercado de Alvalade Sul não tinha funcionários em permanência. Esses conheciam e era o grosso do mapa de pessoal, estavam a falar em mais de cinquenta pessoas. -----

----- As restantes eram do quadro de pessoal que a Junta já tinha e mais duas ou três opções de dotar alguns pelouros da possibilidade de terem técnicos a apoiar a prossecução de atividades, no domínio daquelas atividades que também transitavam e que era fundamental ter na Freguesia um *staff* de apoio. -----

----- O grande volume das remunerações certas e permanentes era da limpeza e higiene urbana e era natural que fosse esse o maior orçamento, orçado em um milhão e oitocentos mil euros, dos quais seriam quinhentos mil vocacionados para o investimento. Mesmo que renovassem integralmente o parque de equipamentos e ainda se acrescentassem alguns equipamentos, designadamente com varredoras de passeios, que não existia nenhuma na cidade e a Freguesia tinha capacidade financeira para ter pelo menos uma, multiplicando por dez a capacidade de varredura de um cantoneiro, sendo operada por apenas um funcionário. -----

----- Provavelmente não seria necessário consumir a totalidade do investimento de capital e teriam depois uma conta superavitária em 2015. -----

----- Por outro lado, havia a constituição de uma divisão de espaço público, em que a estrutura seria mais enriquecida por técnicos superiores, porque também eram essas as competências mais avultadas. Do ponto de vista da manutenção o orçamento era de setecentos e vinte mil euros, mas também havia competências relativas a licenciamentos e outras que deveriam ser prosseguidas no âmbito de uma divisão desse tipo, que se pretendia ter qualificação técnica para a prossecução dessas atividades e, acima de tudo, meios e autonomia funcional para poder dar uma resposta adequada em termos de serviço público. -----

----- *Grosso modo* eram essas as grandes opções que estavam traçadas nas Opções do Plano integradas pelos seus elementos obrigatórios, que eram as linhas de

desenvolvimento estratégico e o Plano Plurianual de Investimentos, pelo Orçamento e pelo mapa de pessoal em anexo para o exercício de 2014.-----

----- Havia um aspeto que resultava do exercício do direito de oposição e em relação ao qual tinha havido uma proposta do CDS-PP para criação de um fundo social de Freguesia, para a qual olhava com muito interesse, propondo que cinco por cento do Orçamento, excluídas as verbas respeitantes aos protocolos de delegação de competências entre a CML e a Junta, fosse alocado à constituição desse fundo de apoio social.-----

----- Disse que o Orçamento tinha margem para o desenvolvimento de um projeto desse tipo, na rubrica de transferências correntes da intervenção sócio económica. No entanto, havia duas questões que era preciso aprofundar a esse propósito, designadamente a elaboração de protocolos de delegação de competências que prolongassem a existência do fundo de emergência social que era desenvolvido pela CML no passado, cujas verbas ainda não eram conhecidas para 2014.-----

----- Por outro lado, a questão de saber se aquilo que era referido na proposta como verbas respeitantes aos protocolos de delegação de competências entre a CML e a Junta, se também se devia ler a verba resultante da transferência definitiva dessas competências que no passado eram delegadas e que passavam a ser competências próprias. Se assim fosse, existiam disponíveis dentro da rubrica de transferências correntes para intervenção socio económica os pertinentes montantes, que eram cinquenta mil euros, para o desenvolvimento de um programa desse género.-----

----- Os critérios de atribuição adiantados pelo CDS faziam porventura que poucos agregados familiares pudessem ser abrangidos e os que fossem seriam com pouco. Era uma proposta que merecia uma discussão mais amadurecida nos próximos meses. Estava aberta à discussão com qualquer força política, mas em especial com a força política proponente, para lhe dar um enquadramento orçamental que permitisse enriquecer o apoio social da Freguesia com um fundo desse género.-----

----- Seria sempre a par com aquilo que viesse a ser a estrutura renovada que estava em curso de transformação do fundo de emergência social protocolado entre a Câmara e a Junta, que existia em todas as Freguesias, embora não fosse usado na sua totalidade, que a par de outros programas sociais estava em reelaboração com vista a manter o apoio social do poder autárquico às populações mais carenciadas.-----

----- **Membro António Carvalheda (PS)** disse que era com enorme satisfação e orgulho que o PS apoiava as linhas de desenvolvimento estratégico apresentadas para 2014 pelo Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade, na pessoa do Senhor Presidente da Junta. Tratava-se de um plano extremamente bem elaborado, que refletia claramente as propostas apresentadas em campanha pelo PS e escolhidas pelos fregueses de Alvalade para serem implementadas na Freguesia em 2014.-----

----- O plano demonstrava a seriedade, a honestidade e compromisso que faziam parte do ADN do Executivo, que se manteria no ano 2014 e futuros anos do mandato.-----

----- Com a implementação desse plano em 2014 a Junta de Freguesia de Alvalade tornava-se mais segura do caminho que queria percorrer e mais próxima do objetivo que pretendia atingir para os fregueses de Alvalade. O PS saudava a rapidez da sua conceção e a precisão das propostas perante o desafio colocado ao Executivo, que em pouco mais de dois meses conseguira, de acordo com a reorganização administrativa da Cidade de Lisboa, delinear uma estratégia clara, tendo em atenção as anteriores três Freguesias em que estava dividida.-----

----- Esse desafio colocado era conseguir, sem perturbações em termos de realizações e de serviços para os fregueses, o reconhecimento da Junta de Freguesia como principal

órgão político de proximidade dos cidadãos, especialmente em matérias de apoio social e bem-estar coletivo, substituindo muitas vezes o próprio Estado. -----

----- Os fregueses de Alvalade iriam sentir em 2014 as positivas alterações propostas por esse plano, nomeadamente ao nível da higiene e limpeza urbana, da mobilidade e trânsito, da segurança, do desporto, da educação, da cultura e da comunicação. -----

----- A clara aposta na higiene e limpeza urbana, com a posse do posto de limpeza das Murtas e do posto de limpeza da Moniz Barreto, bem como um reforço do parque de equipamento, permitiria resolver o problema que presentemente e no passado deixava uma clara imagem negativa na Freguesia. -----

----- Destacava nesse plano a importância dada pelo Executivo às questões sociais e de bem-estar coletivo, estruturantes numa Freguesia onde existia uma elevada percentagem da população com uma faixa etária elevada e o crescente aparecimento de situações de pobreza em algumas famílias, resultantes da política de austeridade imposta nos últimos três anos pelo Governo. Medidas como atividade de combate ao desperdício alimentar permitiriam uma melhoria significativa das condições sócio económicas dessa população. -----

----- A implementação desse plano teria certamente um forte impacto na vida dos fregueses, designadamente uma melhoria significativa das suas condições socio económicas, do seu direito constitucional de acesso a serviços públicos de saúde e de ensino, da sua proteção na doença e na velhice, a promoção da cultura da Freguesia, a garantia do direito à informação, o direito à justiça e à ordem pública, a sua mobilidade e a melhoria da qualidade ambiental nessa zona da Cidade de Lisboa. -----

----- Por essas razões, a bancada do PS reiterava todo o seu apoio à implementação desse plano, com a certeza que teria um sucesso na melhoria da vida dos cidadãos de Alvalade. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** referiu que mesmo que estivesse na oposição o elogio devia ser feito. Queria felicitar a Junta pela rapidez com que elaborara o Orçamento, com as dificuldades da agregação das Freguesias e a responsabilidade de passar a ser responsável por uma Freguesia com cerca de trinta e seis mil votantes. ----

----- Disse que tinha estado presente na reunião pública da Junta de Freguesia em que fora aprovado o Orçamento e a ideia com que ficara era que os Vogais responsáveis pela educação e pelo desporto tinham pedido que se fizesse uma nota explicativa, porque os valores não estavam bem desagregados, de quais seriam as verbas que de facto teriam ao seu dispor para os pelouros que iriam administrar. -----

----- Tinha pensado que, perante a dificuldade e o pouco tempo havido, certamente iria ter um Orçamento rectificativo. Talvez não fosse na presente reunião que se pudesse votar esse documento, mas era bom que ficasse desde já garantido que essas verbas seriam alocadas aos pelouros. -----

----- Como sabiam, a CDU tinha feito um acordo com o PS e queria manter a sua independência, queria valorizar os pelouros que aceitara ao integrar o Executivo da Junta. -----

----- **Membro Mário Costa (PS)** disse que depois do excelente discurso do Senhor Presidente da Junta poucas coisas ficavam para dizer. Tratava-se do primeiro Orçamento da nova Freguesia de Alvalade e sublinhava o valor elevado para a limpeza da Freguesia, o que mostrava a preocupação com a qualidade de vida dos fregueses de Alvalade. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que tinha uma pergunta muito rápida em relação ao mapa de pessoal. Quando via os lugares a preencher via também que transitavam todos da Câmara Municipal de Lisboa e, não conhecendo como estava o processo no momento, a pergunta que fazia era se já haveria nomes em cima da mesa e

como estaria o processo em termos de negociação com a Câmara, como estaria o processo na Assembleia Municipal. Isso era para os fregueses também perceberem como surgiam oitenta lugares previstos na futura organização da Junta de Freguesia. --

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que dava os parabéns ao Senhor Presidente da Junta, que liderava a equipa, e ao Senhor Tesoureiro e já tinha tido oportunidade de o fazer. O esforço acrescido prendia-se também com a reorganização administrativa, com as novas competências e com a transferência do pessoal. Como era normal, as grandes dúvidas residiam aí. -----

----- Não podia deixar de referenciar e de louvar, até de gabar a sorte, pelo Senhor Presidente estar em condições de dizer à Câmara Municipal quantos funcionários pretendia, tendo em conta as necessidades. Segundo sabia, isso não seria assim para a cidade inteira. -----

----- Em relação ao Orçamento tinha algumas dúvidas pontuais, mas de facto era um Orçamento que não deixava dúvidas que a prioridade seria no espaço público e higiene urbana, o que não contestava. Estavam legitimamente eleitos para tanto. No entanto, tendo em conta a conjuntura e os tempos, considerava que deveria existir um investimento substancial na área da ação social. -----

----- Tivera oportunidade de tirar algumas dúvidas em relação à higiene e limpeza. ----

----- Em relação aos mercados, a posse do Mercado de Alvalade Norte decorria da transferência de competências, mas falava-se de algo por que tinha um especial carinho e que se prendia com a dinamização e a promoção do próprio mercado. -----

----- Quanto ao Mercado de Alvalade Sul, existia um projeto, pelo que sabia era muito bem feito do ponto de vista arquitetónico mas grande demais, tendo em conta as necessidades, feito pela própria Câmara Municipal de Lisboa. Não tinha problema nenhum em dizer que havia coisas bem feitas pelos Executivos do PS e, pelo que tivera oportunidade de conhecer, era um projeto muito interessante, principalmente do ponto de vista arquitetónico. Não se podia pôr qualquer coisa naquele espaço e, portanto, gostava de saber a opinião do Senhor Presidente a esse respeito. -----

----- Disse que gostaria de ter mais pormenores a respeito do Conselho Local de Segurança, assim como da Comissão Social de Freguesia, que, pelo que já tinha sido dito na Assembleia de Freguesia, incluiria pelo menos as duas paróquias. -----

----- Sabia que o programa da renda digna era uma bandeira, até porque já tinha sido noticiado na comunicação social, mas gostava de saber como iria ser feito, se seria um balcão de atendimento onde fosse dado apoio jurídico e o preenchimento de um formulário para a obtenção do subsídio municipal de arrendamento. -----

----- Uma vez que a área social lhe era especialmente querida, e o tempo assim o exigia, gostava de saber mais em detalhe a que se referia quando se falava em “lançar os pilares de apoio ao desenvolvimento de atividades de combate ao desperdício alimentar”. Sabia existirem algumas organizações de voluntários que tinham a pretensão de atuar na Freguesia de Alvalade. O que precisavam era muito pouco, porque já estavam devidamente organizados, com muita experiência no terreno e que tinha sido um sucesso noutras partes da cidade. -----

----- Disse ter ainda uma dúvida no ponto que se prendia com a “promoção de atividades culturais e desportivas integradas no calendário escolar ou complementares ao mesmo”. A sua pergunta era para quais níveis de escolaridade, se estariam a falar apenas do primeiro ciclo, ou se estariam a falar de outras idades. -----

----- Deixava uma sugestão, uma vez que havia um Conselho Local de Segurança e uma Comissão Social de Freguesia, que talvez devesse haver algo semelhante para a área das coletividades e do desporto, constituir eventualmente um conselho local de coletividades e desporto, porque era muito importante levar as instituições e os

organismos à própria vivência da sua Freguesia e das opções que eram feitas. Via-as como mais-valias que não deviam ser desperdiçadas, nem pouco valorizadas.-----

----- **Membro Nuno Domingues (BE)** disse que, relativamente ao Orçamento de 2014, a proposta apresentada constituía uma rotura, diria uma revolução. Percebia-se, pelo que constava nos documentos, que no ano 2014 o Executivo não iria ter falta de trabalho. ---

----- Para perceber o que se pretendia transmitir bastava sublinhar aquilo que já fora dito. A soma dos funcionários que tinham as três Freguesias juntas era de quinze e iriam passar para oitenta e seis. Tinha sérias dúvidas que isso viesse a ser conseguido em tempo útil durante o ano 2014, não só por aquilo que já tinha sido dito, mas também por outras razões.-----

----- Essa transformação era uma revolução em termos de mapa de pessoal. Estavam a falar de acrescentar setenta e um funcionários e, portanto, era com muita apreensão e muita reserva que olhava para esse projeto de Orçamento.-----

----- Ditavam a prudência e a cautela que nos momentos de transição tão grandes qualquer Executivo deveria ter a informação mais completa possível e a certeza dos números. Não sabia se algum dos presentes, nomeadamente do Executivo, conseguia afirmar perentoriamente que isso iria ser executado.-----

----- Por exemplo a proposta de técnicos, alguns dos quais se sabia serem basicamente uma transferência automática de funcionários do quadro da Câmara para o quadro da Junta, mas outros estavam longe de estar garantidos. Não se sabia se seria fácil ir buscá-los ao quadro de pessoal da Câmara e não se sabia se num futuro próximo haveria garantia financeira para pagar esses funcionários.-----

----- Tinha muita cautela com tudo o que tivesse a ver com pessoal, porque estavam a falar de oitenta e seis pessoas e não sabia se dentro de dois ou três anos conseguiriam garantir o salário para essas pessoas, mesmo sabendo que havia uma boa almofada financeira.-----

----- Um aumento desses com pessoal poderia levar alguém a perguntar, e estava-se a lembrar da *troika*, se não era suposto haver maior racionalização dos recursos humanos, se estavam a passar os funcionários do quadro da Câmara para as Freguesias sem mais nada, ou se haveria algum acrescento. Pelo menos no seu caso colocava essa dúvida. Se somassem todos os funcionários das novas Freguesias de Lisboa, se isso seria pagável.

----- A Câmara de Lisboa tinha cerca de onze mil funcionários e ia transferir funcionários para todas as Freguesias. Queria acreditar que haveria uma preocupação de transferir para todas de forma equilibrada, não havendo umas Freguesias que tivessem mais recursos humanos que outras. Duvidava que estivesse a acontecer, porque se sabia que as lutas partidárias, quando se tratava de pessoal, eram agudas e também se sabia das resistências dos funcionários da Câmara que não queriam ir para qualquer Freguesia, provavelmente nem queriam sair da Câmara.-----

----- Parecia-lhe que estavam a ser muito otimistas e não acreditava que acontecesse em 2014. Se havia área difícil de trabalhar era a dos recursos humanos e tinha dúvidas em relação ao futuro. Admitindo que os funcionários entravam de repente, teriam que ter alguma cautela. Podia-se criar uma expectativa em relação à qual não havia a certeza de poder cumprir.-----

----- A pergunta que fazia era se tinham a certeza de, dentro de três ou quatro anos, terem Orçamento para isso, ou se entretanto não aconteceria porventura uma alteração ao diploma legal que regia a transferência de verbas para as Juntas, depois de feita a avaliação da reorganização. Queria ser cauteloso nessa área em particular, porque estavam a falar de pessoas, de contratos de trabalho. Deviam agir com a máxima cautela, não só financeira mas também jurídica.-----

----- Era interessante verificar que havia ambição por parte do Executivo, mas ficava assustado com esse número, porque não estava a ver como se iria conseguir de repente atingir esse número. -----

----- Perguntou o que se pretendia exatamente com o programa de renda digna. Todos sabiam a tragédia que tinha sido a aplicação da Lei no arrendamento. O estrago já estava feito, a não ser que houvesse alguns senhorios que não tivessem aplicado a Lei, mas era pouco provável que existissem assim tantos. Gostava de perceber exatamente em que iria consistir o balcão de atendimento especializado, se estavam a pensar só na Lei do Arrendamento Urbano, se estaria a pensar o Executivo numa determinada verba para subsidiar rendas, em que montantes e com que critérios. A proposta era de saudar, mas gostava de a ver esclarecida. -----

----- Relativamente à educação e à cultura, sentia que o plano não era tão claro como isso. Por exemplo a “prosecução de diversas ações de manutenção do estabelecimento”, presumia que fosse do edificado mas gostava de ver mais ambição. Na área da educação e cultura, em comparação com aquilo que era proposto para o espaço urbano e higiene era uma diferença abissal e havia que não esquecer a importância que essas matérias tinham, juntamente com a ação social. Pela leitura parecia-lhe que a aposta não era tão grande como nas outras. Na cultura não se percebia nada, parecia não haver um plano para a cultura, não havia nenhuma linha que pudesse esclarecer. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tinha uma pequena questão, não exatamente sobre aquilo que constava nas Opções do Plano, mas sobre algo que não constava. Perguntou o que estaria pensado e para quando relativamente a uma velha aspiração dos comerciantes e dos moradores próximos quanto à ampliação do parque de estacionamento do Mercado de Alvalade, ampliação e passagem para um regime de vinte e quatro horas de serviço. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, respondendo a uma questão levantada pelo Membro do PCP quanto à designação das rubricas de intervenção socio económica, disse que, tendo o Orçamento sido elaborado não desagregando pelouros, mas pela natureza da despesa, havia depois a intenção de alocar um conjunto de verbas para a prossecução dos objetivos, de acordo com a sua natureza, pelos diferentes pelouros. ---

----- A maior parte desse tipo de desagregações configurava alterações orçamentais, as quais eram da competência do Executivo se não aumentassem os tetos globais de despesa. -----

----- Para deixar uma nota de compromisso, podia dizer que nas “transferências correntes para instituições sem fins lucrativos”, cento e dez mil euros eram para o desporto e vinte mil euros para educação; -----

----- Nos “outros trabalhos especializados”, parte deles eram para o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular e estava orçamentado em trinta e sete mil euros; -----

----- Na “manutenção de instalações desportivas e recreativas” eram vinte e cinco mil euros; -----

----- Na “conservação de bens”, todo o orçamento era essencialmente para a educação.

----- Ficaria consignado o compromisso público de que essas rubricas seriam tratadas dessa maneira, sem prejuízo delas depois darem corpo a uma alteração orçamental. ----

----- Quanto à questão do Membro Diogo Bastos, respondeu que ainda não havia nomes para preenchimento do mapa de pessoal. Havia vários critérios de transferência, o primeiro era voluntário e depois seria constituída uma comissão. Estava-se a trabalhar no domínio de procurar recrutar pessoas que desejassem ir trabalhar para a Junta de Freguesia de Alvalade, porque aí comportava uma escolha biunívoca, da parte da Junta

por poder escolher funcionários nos quais reconhecia qualidade e competência, do outro lado uma vontade de prosseguir a prestação de serviço público no contexto da Freguesia de Alvalade. -----

----- Havia um temor que era natural de resistência à mudança, mas também um certo preconceito no quadro dos funcionários da Câmara, que não desejavam ir trabalhar para uma Junta de Freguesia porque olhavam para ela como uma organização menor em relação a uma Câmara Municipal, que no caso era a Câmara Municipal da Capital. ----

----- A transferência voluntária podia ser inferior ao que seria desejável, mas depois seria a comissão a fazer a seleção, nos termos da proposta já aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa na última reunião e que estava em análise na Quinta Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, tendo sido submetida para pareceres dos Presidentes de Junta.-----

----- Em relação à Membro Mariana Teixeira, lamentava imenso que não tivesse recebido o e-mail que fora remetido. Aliás, ele tinha sido recebido pelo Membro Francisco Bento, que acusara a receção e, portanto, tinham ficado tranquilizados quanto a isso. Porventura a Membro Mariana Teixeira confirmaria depois, por gentileza, se era o endereço de e-mail que estava associado à remessa que era também do conhecimento do Membro Francisco Bento. Se não fosse o caso, agradecia que o indicasse para que de futuro não sucedesse. -----

----- Na ação social, esperava-se a aprovação pela Assembleia Municipal da possibilidade de haver delegação de competências no domínio dos cinco programas que eram desenvolvidos pela Câmara Municipal de Lisboa em matéria de ação social e isso seria necessariamente objeto de uma revisão orçamental, da competência da Assembleia de Freguesia. Tratava-se do Projeto Intervir, o Praia-Campo Infância, o Praia-Campo Sénior, o Fundo Social de Emergência e o Programa de Desenvolvimento Ativo e Saudável, que eram tradicionalmente objeto de protocolos de delegação de competências mas que não tinham verbas fixadas à cabeça, eram por concurso. Por isso estavam a zeros nas tabelas de protocolos de delegação de competências, embora depois houvesse verbas que eram dadas a esse respeito. -----

----- Isso ainda não era conhecido para o ano 2014, mas quando fosse seria levado à Assembleia de Freguesia para a competente revisão orçamental. Tal obstará a que se elaborasse mais e melhor o Orçamento nesse setor, porque era preciso esclarecer essa situação, sendo certo que haveria margem para uma eventual diminuição do investimento em determinados setores, designadamente naquela componente do investimento na limpeza urbana, que poderia não ser necessário executar. -----

----- Quanto à requalificação do Mercado de Alvalade Sul, não sabia a que projeto se referia em concreto, porque pelas suas contas havia pelo menos sete projetos diferentes de requalificação do Mercado de Alvalade Sul, como por exemplo dois da autoria do Arquiteto Duarte Nuno Simões, um relativo a coberturas verdes e outro era uma pala. Conhecia-se também a referência a um projeto da autoria de técnicos da CML e requeria-se a sua deteção e remessa para avaliar na Junta de Freguesia. Pelo menos um dos projetos do Arquiteto Duarte Nuno Simões tinha sido submetido ao gabinete do Vereador Sá Fernandes e podia dar-se o caso da Membro Mariana Teixeira tomar como sendo da Câmara um projeto que na verdade era do Senhor Arquiteto.-----

----- Disse que existiam ainda outros projetos de requalificação inferiores e por isso a grande opção do Plano nesse aspeto era juntar todos os projetos que estavam em cima da mesa para discussão e não considerar um prioritário em relação a qualquer dos demais. Essa avaliação era pouco inteligente e porventura perdia-se a possibilidade de fazer uma reflexão com a devida profundidade quanto ao tema. Juntavam-se os projetos

que estavam em cima da mesa, estudava-se a implicação orçamental e a vontade dos comerciantes, auscultava-se a população. -----

----- Por isso se falava em iniciar o estudo sobre a sua requalificação Era muito difícil que se lançasse o concurso, que se adjudicasse e lançasse a obra no ano de 2014, mas o mandato não terminava em 2014 e havia a ambição de resolver o problema do Mercado de Alvalade Sul no contexto do mandato. No entanto, aquilo que se comprometia do ponto de vista de uma planificação que respeitava só ao horizonte de 2014, como o próprio documento indicava, era de estudar essa questão com vista a que depois se desenvolvesse toda a atividade subsequente que levasse a que aquele mercado voltasse a ter a dignidade do passado e preferencialmente um pouco melhor, porque apesar de ser de levante, quando as bancas eram novas o mercado funcionava e era bonito. Tinha alguns problemas de salubridade, em especial com o pescado, mas era mais vistoso e funcional do que atualmente. -----

----- Quanto ao Conselho Local de Segurança, era uma inspiração no Conselho Municipal de Segurança mas à escala da Freguesia, não apenas para a segurança de pessoas e bens, mas também para a discussão no contexto do Plano Local de Emergência e de Socorro que se queria desenhar para a Freguesia. Contava com intervenção dos diferentes agentes da Proteção Civil e designadamente a Terceira Companhia do Regimento de Sapadores Bombeiros, a Esquadra do Campo Grande, etc., Era acompanhado também por transformações que o Ministério da Administração Interna preparava, na opinião da Junta deletérias de uma capacidade de cobrir de forma coerente o policiamento na Freguesia, designadamente quando se queria dividir a Freguesia em duas divisões da PSP, o que parecia um desastre. -----

----- Esses tipos de questões deviam ser acompanhadas e discutidas até com algumas forças vivas que pudessem ser úteis nesse domínio. -----

----- A Comissão Social de Freguesia era aquilo que se conhecia, era um dos elementos da rede social desagregado no espaço da Freguesia. Existia noutras Freguesias da cidade e era firme pretensão da Junta que ela se constituísse. Integraria também a terceira paróquia, com a qual ainda não se tinham estabelecido as conversações iniciais, para além das cordiais trocas de Boas Festas existentes entre organizações vizinhas e parceiras, mas que seria seguramente integrada e envolvida nas conversações. A CML tinha destacado uma técnica de ação social para aconselhamento a propósito da constituição da comissão, estavam identificados os passos que era necessário prosseguir e assim seria desenvolvida. -----

----- Quanto ao Programa “Renda Digna”, era um projeto que assentava em dois pilares fundamentais. Um dizia respeito ainda à possibilidade dos inquilinos, cujos senhorios não tivessem notificado para o aumento, beneficiarem de algum aconselhamento jurídico. Esse era o pilar que ainda não estava implementado, porque a Ordem dos Advogados tinha tido uma presença constante no sentido de identificar se as consultorias jurídicas que as Juntas patrocinavam às populações, o que sucedia no Campo Grande e em Alvalade, se violavam a Lei dos Atos Próprios dos Advogados. Não sabia se os restantes Advogados presentes partilhavam, mas na sua opinião era uma Lei iníqua e impedia que uma política desse género fosse completamente transparente.

----- Disse que havia a possibilidade de celebrar um protocolo com a Ordem dos Advogados no sentido de dinamizar ela própria a política, mas o problema era que a Ordem dos Advogados tinha uma resposta excessivamente lenta às solicitações de todas as Juntas de Freguesia. Se a Ordem não desse resposta, o Executivo da Junta teria o maior gosto em continuar aquilo que já se fazia e depois a Ordem diria. Certamente que alguns seriam mais punidos que outros se avançassem com essa política, mas era uma coisa que parecia do mais elementar serviço público e que não podia ser uma

organização corporativa, herdeira de uma tradição que com o devido respeito já devia ter sido ultrapassada, a vedar. -----

----- Outro pilar que já estava em funcionamento e onde, aliás, tiveram a parceria da Junta de Freguesia do Campo Grande ainda sob a Presidência do Membro Valdemar Salgado e da Junta de Freguesia de Alvalade ainda sob a Presidência do Membro Armando Estácio, quando a pedido da Vereadora Paula Marques ajudaram a selecionar duas funcionárias que fizeram formação no sentido de instruir no balcão da Junta de Freguesia as candidaturas ao subsídio municipal de arrendamento. -----

----- Essa candidatura não era tão simples quanto isso para toda a população, uma vez que toda ela era suportada por meios informáticos, quer do ponto de vista da instrução dos requerimentos, feita diretamente em computador, quer do ponto de vista da remessa dos documentos que instruíam a candidatura, que deviam ser digitalizados e remetidos através do sistema. Nem toda a gente tinha computador, nem toda a gente tinha digitalizador e nem toda a gente tinha competências informáticas que bastassem para poder aceder à candidatura. -----

----- Atualmente já podiam instruir no balcão da Teixeira de Pascoais e no balcão da Ernesto Vasconcelos, com o acompanhamento da Junta, com funcionários que tinham feito formação especializada no programa. -----

----- Quanto ao combate ao desperdício alimentar, a expressão “pilares de apoio” significava isso mesmo, a intenção era criar as condições para intervir apenas no apoio a essas organizações da sociedade civil que estavam a fazer um trabalho meritório nesse domínio, a “Desperdício Zero” e a “Re-Food”, que já abrisse um núcleo em Alvalade e procurava espaço. Vinha-se conversando ultimamente com a “Re-Food”, não tanto quanto se desejaria aprofundar, mas a Junta dispusera-se a tentar colaborar na identificação de um espaço. Tinha-se identificado um mas a “Re-Food” entendera que era demasiado distante da restauração e da distribuição. Estava-se à procura de outro e já havia um espaço em mente que se apresentaria brevemente se fosse possível, mas que dependia da transição de um dos equipamentos da Câmara para a Freguesia. -----

----- Em relação à “Zero Desperdício”, já tinham tido oportunidade de canalizar alguns desperdícios alimentares através da “Zero Desperdício” para os seus competentes destinatários. A ideia era estar onde essas instituições precisassem que a Junta se posicionasse para suprir algum tipo de necessidade. Parecia-lhe ser de entusiasmar e apoiar esse tipo de iniciativas que atualmente mobilizavam franjas muito alargadas de população e ainda bem que assim era, no domínio do voluntariado. -----

----- Quanto à promoção de atividades escolares, elas seriam em 2014 para lançar no primeiro ciclo e no jardim-de-infância, que era onde havia mais carência de aprofundamento desse tipo de atividades, mas sem prejuízo delas poderem ser depois estendidas a outros níveis de ensino. A dinâmica de articulação com o ensino superior precisaria de outro tipo de política e dificilmente isso se faria em 2014. -----

----- Disse tomar boa nota da sugestão para o conselho local de coletividades e desporto. Era uma proposta programática do PS e que havia que articular. Já tinha havido reuniões coletivas com as coletividades desportivas e era para continuar a aprofundar, sendo certo que a perceção era de que as coletividades desportivas, de acordo com a natureza da sua atividade em termos de modalidade, ou em termos de nível de competição, tinham necessidades muito próprias. As necessidades de um clube de rãguebi não eram iguais às necessidades de um clube de natação ou de um clube de futsal. Havia determinados aspetos que funcionariam bem na articulação direta com o clube e outros aspetos que funcionariam bem numa abordagem mais coletiva e isso devia ser amadurecido com alguma profundidade. -----

----- Respondendo ao Membro Nuno Domingues, disse que havia uma diferença importante entre o Orçamento e a sua execução orçamental e, portanto, o facto de ser abrangente, ou até uma visão um pouco mais difusa nessa fase, não colocava qualquer espécie de reserva. Em primeiro lugar porque a Lei previa os instrumentos que podiam ser exercidos a todo o tempo e depois porque o que importava era fazer um fino acompanhamento da execução orçamental. -----

----- Quanto às transferências de pessoal, as vagas no mapa de pessoal dos funcionários que fossem transferidos para a Junta de Freguesia ficavam em aberto até à reforma do funcionário em concreto, para que se por motivos objetivos o funcionário quisesse ou tivesse que regressar aos quadros da Câmara Municipal. Um exemplo objetivo era se a Junta de Freguesia deixasse de ter capacidade orçamental para a cobertura do quadro de pessoal. Isso estava em discussão na Assembleia Municipal e era o que se afigurava. --

----- Era da natureza da gestão pública a assunção de compromissos com uma determinada continuidade, designadamente do ponto de vista do pessoal, cujas circunstâncias concretas da evolução da reserva do possível, diziam os constitucionalistas, podia obstar. O que podia dizer para tranquilizar era que tinham um milhão no orçamento de capital, que não podia dizer muito abertamente porque se descobrissem a *troika* apaixonava-se pela Freguesia de Alvalade desse ponto de vista, mas havia margem. Para além desse milhão de orçamento de capital, que era uma almofada de vinte por cento, o que não era pouca coisa, havia ainda os saldos de gerência que esperava nunca terem sido utilizados para despesas correntes.-----

----- Ninguém conseguia prever o futuro e era próprio do exercício de preparação do Orçamento fazer uma previsão. Como em qualquer previsão, mesmo as meteorológicas, económicas e outras, havia uma grande dose de imprevisibilidade. Era próprio acontecer nesse tipo de exercício. No entanto, havia um ato legislativo que dizia que seria transferida, num prazo que não estava determinado, uma verba muito vultuosa para fazer face às necessidades de pessoal.-----

----- Disse que não havia nenhuma imprudência no mapa. Antes pelo contrário, na média da cidade eram previstas as transferências para cada Junta de Freguesia de setenta e cinco funcionários e o que estava em causa eram setenta e um, abaixo do nível médio, a maior parte dos quais estavam associados aos equipamentos que se transferiam, cinquenta e três. Eram os quarenta e dois da limpeza urbana, nove dos auxiliares do jardim-de-infância e três do Mercado de Alvalade Norte. Havia dezoito opções para distribuir pelos diferentes pelouros, para reforçar a Secretaria do ponto de vista de arquivo e de correspondência, dois juristas que eram fundamentais no dia-a-dia da Junta de Freguesia para acompanhar certo tipo de decisões, etc. Eram opções do Executivo, mas que eram inferiores àquilo que se estimava no contexto da cidade. -----

----- Uma última questão era a de se posicionarem no sentido de estarem preparados para a reforma. Era dever da Junta, num quadro de prudência, estar disponível para governar a Freguesia nos termos em que o ordenamento jurídico comunicava que ela devia ser governada. Entendia-se que deviam ser feitas escolhas porque, estava assim na proposta da CML, seria tido em consideração o universo dos trabalhadores já existentes nos respetivos mapas de pessoal, que como sabiam eram pequenos, bem como a verificação das necessidades da respetiva Junta de Freguesia em processo de identificação a desenvolver em cada Junta de Freguesia. -----

----- Depois havia duas atitudes possíveis ter quanto a isso. Havia a atitude de uma Junta de Freguesia reunir com a Câmara Municipal e perguntar quem seria transferido, tomando a reunião inútil porque imaginava que a Câmara perguntasse à Junta quem queria, ou de quem precisava. Havia outra atitude, que era a do Executivo de Alvalade, de fazer o seu trabalho e de se apresentar à Câmara Municipal sabendo o que pretendia e

quais as necessidades que sentia, salvo nos casos que já estavam perfeitamente identificados, para desenvolver a sua política. -----

----- Não lhe parecia que fosse ambicioso, parecia-lhe que era adequado à função e à responsabilidade de governar a Freguesia, até porque era feito abaixo da média prevista para cada Freguesia no contexto da cidade. -----

----- Quanto à questão contratual, os vínculos eram transferidos e era transferida também a ficha de funcionário. A única coisa que competia à Junta de Freguesia fazer era manter o adequado registo. Os funcionários chegavam com o levantamento feito dos dias de férias gozados e para gozar, esse tipo de aspetos da sua atividade, e só competia à Junta de Freguesia manter o registo da ficha de pessoal, manter em curso uma relação jurídica de emprego público que provinha da ligação do funcionário à CML. -----

----- Sobre a questão da educação e da cultura, porventura das linhas de desenvolvimento estratégico resultava que, ao contrário do que se dizia, não era a cultura e a educação que estavam a menos e estavam sublinhadas nas suas prioridades mais fundamentais. Teriam que ser realistas e 2014 era o ano da implementação da reorganização administrativa da cidade, não podendo esquecer que as Opções do Plano, como elas próprias referiam, tinham apenas o horizonte temporal de 2014. Era opção do Executivo fazê-lo. -----

----- Uma vez estabilizada a situação da Freguesia de Alvalade, o que não se faria seguramente sem esforço de todos os autarcas e não só do Executivo da Junta de Freguesia, era também da Assembleia de Freguesia, que porventura teria que reunir mais abundantemente do que apenas nas reuniões ordinárias, os próprios cidadãos teriam que ter, os que quisessem ter, uma disponibilidade para acompanhar. -----

----- Quanto a isso queria dizer que a abundante presença de público o enchia de satisfação, até porque havia dúvidas se haveria público presente ou não e de facto havia em quantidade superior ao que seria expetável na agregação dos públicos que habitualmente assistiam às Assembleias de Freguesia das três Freguesias extintas. A população estava interessada no processo, estava comprometida com o acompanhamento e porventura alarmada com certos aspetos, o que era normal das pessoas prudentes e racionais, reconhecerem que havia falhas. -----

----- Podiam tornar-se vítimas dos medos em relação ao que aí vinha ou definir qual o caminho que queriam percorrer, estando depois preparados para esses embates. Seria seguramente um mandato duro e fascinante e no fim estariam para ajustar a reforma, os partidos que a protagonizaram, naquilo que ela tivesse que ser afinada e nas alterações que se tivessem de fazer. -----

----- Nenhuma das deliberações tomadas cristalizava no momento em que eram tomadas. Eram instrumentos maleáveis, tanto sendo devolvidos à Assembleia de Freguesia para os considerar, como nalguns casos mais simples pelo próprio Executivo no dia-a-dia da execução orçamental. A visão de que se devia ter a fotografia exata daquilo que iria ser o curso do ano 2014 era impossível e como tal não era exigível a qualquer Executivo, fosse do PS com a CDU ou fosse do PSD. Reconheceriam que quem estivesse a liderar a Junta de Freguesia estaria colocado nessa posição, mas isso não o incomodava minimamente porque resultava apenas de uma abordagem racional daquilo que era a vida pública e da disponibilidade que havia de abraçar as responsabilidades assumidas com a população de Alvalade. A população podia ter medo, mas quem estava a governar não podia e tinha que criar as condições para resolver os problemas. -----

----- Estava muito confiante de que era o instrumento que precisavam para arrancar em 2014 e tinha todo o desassombro em dizer que no momento em que se sentisse que os instrumentos já não eram suficientes para as exigências que o ano acabara por revelar,

voltariam à Assembleia de Freguesia com essa frontalidade para fazer aquilo que a Lei atribuía aos Membros da Assembleia de Freguesia, determinado no contexto do processo que estavam a viver. Era histórico e deviam abraçar com coragem e com algum orgulho, para fazer alguma coisa que nunca tinha sido feita na História de Portugal. -----

----- Quanto à questão do parque de estacionamento referida pelo Senhor Presidente da Assembleia, não era uma grande opção para 2014 e porventura não seria uma intervenção protagonizada pela Junta de Freguesia de Alvalade. Todavia, já se tinham começado conversações com o Senhor Vereador Duarte Cordeiro a propósito das necessidades de estacionamento do mercado e também com o Senhor Vereador Manuel Salgado no sentido de se estudar a possibilidade de encontrar um parceiro que tivesse a pretensão de investir no parque de estacionamento do Mercado de Alvalade Norte, uma vez que ele tinha a capacidade estrutural de ter pelo menos mais um piso subterrâneo e um a dois pisos em altura para acolher estacionamento. A ser explorado por outra entidade que não a própria estrutura do mercado poderia ter um horário que servisse não apenas o mercado, mas também a restauração num horário mais alargado e a população, que porventura podia ter acesso a lugares de estacionamento mediante um preço, como normalmente acontecia nesse tipo de fenómenos. -----

----- Não era seguramente uma opção do plano para 2014, mas continuava nos horizontes da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Opções do Plano para 2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com onze votos a favor e sete abstenções (O Presidente da Mesa estava ausente da sala). -----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **Orçamento para 2014**, incluindo o mapa de pessoal, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com onze votos a favor e sete abstenções. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“A posição de princípio do PCP sobre a reorganização da Cidade de Lisboa e a delegação de competências foi expressa numa moção apresentada e votada anteriormente nesta mesma Assembleia.-----*

----- *Estando a Proposta do Plano e Orçamento para 2014 construída na base da delegação de competências pela Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Alvalade, seria lógico que o voto do PCP fosse desfavorável.-----*

----- *O nosso voto favorável deve-se à nossa responsabilidade perante a população da Freguesia de Alvalade que em nós confiou o seu voto e que nos levou à participação no Executivo da Junta.-----*

----- *Sobre este Orçamento, um instrumento fundamental para as atividades da Junta, recaíram da nossa parte diversas dúvidas relativas a execução, constituição e a viabilidade.-----*

----- *Face à complexidade e grau de exigência das novas competências que nos foram delegadas, iremos acompanhar a execução e as inevitáveis alterações do Orçamento, para que fiquem salvaguardados os valores que o PCP sempre defendeu.”-----*

----- **Ponto 7- Apreciação, discussão e votação da proposta de aceitação das competências delegadas pela Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia nas áreas anteriormente delegadas nas extintas Juntas de Freguesia de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito, através da Deliberação nº 245/CM/2010, com efeitos ao dia 24 de Outubro de 2013 até ao dia 31 de dezembro de 2013;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa deliberação era, na sua opinião, uma mera formalidade e que na interpretação da Lei nº 81/2013, de seis de dezembro, era até

desnecessária, porque a atual Junta de Freguesia de Alvalade sucedia nos direitos, obrigações, universalidades, às extintas Juntas de Freguesia de São João de Brito, Alvalade e Campo Grande. -----

----- Todavia, uma vez que a Assembleia Municipal tinha tomado deliberação semelhante, no sentido de prolongar até ao final de 2013 compromissos que até já eram conhecidos, incluídos nos Orçamentos das três Juntas de Freguesia, subscritos pelos antecessores e sempre objeto de deliberações consensuais das anteriores Assembleias de Freguesia, reproduzia-se, no âmbito do princípio informal conhecido como “jurisprudência das cautelas”, idêntica deliberação na Assembleia de Freguesia, para que nunca se dissesse no futuro ter havido qualquer preclusão de uma formalidade necessária à validade dos atos continuamente praticados de 29 de setembro a 23 de outubro pelos anteriores Executivos das extintas Juntas de Freguesia. Continuaram a ser praticados pela atual Junta de Freguesia, foram recebidos os respetivos montantes e, portanto, era essencialmente uma deliberação ratificativa.-----

----- Não lhe parecia que merecesse mais profundos esclarecimentos, sem prejuízo de ter sido distribuída toda a documentação pertinente, até porque havia muitas pessoas que estavam pela primeira vez numa Assembleia de Freguesia, que não conheciam a atividade das anteriores e podiam ter interesse em ver com mais detalhe o que esses instrumentos, que estavam referidos num ponto relativamente complexo da ordem de trabalhos, podiam significar.-----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de aceitação das competências delegadas pela Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia nas áreas anteriormente delegadas nas extintas Juntas de Freguesia de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com dezoito votos a favor e uma abstenção.-----

----- **Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão à Associação Nacional de Freguesias;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que as antigas Juntas de Freguesia de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito eram membros da Associação Nacional de Freguesias. O apoio prestado pela ANAFRE era um apoio pertinente e vinha sendo no contexto da reorganização administrativa na Cidade de Lisboa e no País. A intenção de apresentar esse ponto na Assembleia de Freguesia era para que a nova Freguesia de Alvalade continuasse como associada da Associação Nacional de Freguesias e participasse no próximo congresso, mas acima de tudo dispensá-la de joia de inscrição na ANAFRE, que era uma gentileza que essa fazia às Freguesias fundidas em que as antecedentes fossem membros, dispensando também da quotização relativa ao ano 2013.-----

----- **O Senhor Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de adesão à Associação Nacional de Freguesias**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Seguidamente, colocou à consideração da Assembleia a aprovação da ata minuta, solicitando um voto de confiança na Mesa para a subscrever.-----

----- Pediu ainda que indicassem os representantes para o grupo de trabalho que iria trabalhar o Regimento.-----

----- Desejou a todos, incluindo os fregueses presentes que saudava calorosamente, uma excelente passagem de ano e um 2014 pelo menos à altura daquilo que pudessem ser as expectativas razoáveis. Já não seria mau se assim fosse.-----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião, eram zero horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de dezembro de 2013.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º. SECRETÁRIO Araceli 2º. SECRETÁRIO _____

----- O PRESIDENTE -----

Araceli